

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANA GABRIELLA OLIVEIRA FARIAS

PANORAMA DOS EDIFÍCIOS MODERNOS NO CENTRO DO RECIFE - PE

Recife
2019

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANA GABRIELLA OLIVEIRA FARIAS

PANORAMA DOS EDIFÍCIOS MODERNOS NO CENTRO DO RECIFE - PE

Trabalho de conclusão de curso
apresentado como exigência parcial para
graduação no curso de Arquitetura e
Urbanismo, sob orientação do Prof. Dr.
Pedro Henrique Cabral Valadares

Recife
2019

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB-4/2116

F224p Farias, Ana Gabriella Oliveira.
Panorama dos edifícios modernos no Centro do Recife - PE / Ana Gabriella Oliveira Farias. - Recife, 2019.
77 f. : il. color.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Henrique Cabral Valadares.
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia – Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2019.
Inclui bibliografia

1. Arquitetura moderna. 2. Verticalização. 3. Patrimônio. 4. Recife. I. Valadares, Pedro Henrique Cabral. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título

72 CDU (22. ed.)

FADIC (2019.1-432)

FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO

ANA GABRIELLA OLIVEIRA FARIAS

PANORAMA DOS EDIFÍCIOS MODERNOS NO CENTRO DO RECIFE - PE

Aprovado em: _____ de _____ de 2019

BANCA EXAMINADORA

Mércia Carréra de Medeiros
Primeira examinadora

Stela Gláucia Alves Barthel
Segunda examinadora

Pedro Henrique Cabral Valadares, Prof., Dr., FADIC
Orientador

Recife
2019

A minha mãe e meu namorado,
Maria das Graças Melo de Oliveira
Arthur Antonino Duarte.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas e sem as quais não seria possível a realização deste trabalho. Primeiramente agradeço a minha mãe, Marias das Graças, meu irmão Lucio Neto e meu namorado Arthur Duarte por me apoiarem nos momentos mais difíceis dessa caminhada e agradeço por todo o incentivo dado na realização deste projeto. Ao meu orientador Pedro Valadares por todo apoio e incentivo durante todo o processo, obrigada pela confiança em me aceitar como sua orientanda, pelas conversas, direcionamentos, pelos “empurrões” e pelo prazer que é trabalhar ao seu lado. Agradeço aos sempre presentes amigos Joyce Andrade, Nathalia Camelo, Clélia Mariano e Fernanda Guimarães, por suas valiosas amizades e por todas as contribuições feitas a este trabalho, obrigada por sempre acreditar no meu potencial.

E por fim, agradeço também a todos aqueles que direta ou indiretamente estiveram comigo, viabilizando a materialização desse trabalho. As palavras e as emoções são poucas diante dos incentivos que todas essas pessoas me deram.

RESUMO

O Recife passou por um grande processo de modernização, tendo como finalidade a transformação da cidade. Foram realizados planejamentos para o centro da cidade, onde a mobilidade urbana estava cada vez mais em ascendência. Os altos edifícios aos poucos foram surgindo nos bairros da Boa Vista e Santo Antônio, nas décadas de 50 e 60 houve uma onda na construção dos primeiros edifícios arranha-céus, possuindo características próprias vindo de uma influência direta de Le Corbusier. O inventario consiste em uma etapa preliminar, mas de extrema importância quando se trata em destacar a importância de reconhecimento e a necessidade de preservação do bem cultural. Após análise, dos edifícios modernistas localizados na cidade do Recife, mais especificamente nos Bairros de Santo Antônio e Boa Vista. Foi realizado um inventário devido ao entendimento da necessidade de uma conservação do patrimônio de arquitetura moderna que representa a difusão da cultura e história do Recife e, em especial do Bairro de Santo Antônio e Boa Vista, atualmente isento de atuações de caráter preservativo.

Deste modo, fez-se necessário a existência do inventario dos edifícios modernos, buscando preservar o valor histórico, valor artístico e social.

Palavras chaves: Arquitetura Moderna. Verticalização. Patrimônio. Recife.

ABSTRACT

Recife underwent a major modernization process, with the purpose of transforming the city. Planning was done for the city center, where urban mobility was increasingly in ascendancy. The tall buildings gradually emerged in the districts of Boa Vista and Santo Antônio, in the decades of 50 and 60 there was a wave in the construction of the first skyscraper buildings, having its own characteristics coming from a direct influence of Le Corbusier. The inventory consists of a preliminary step, but of extreme importance when it comes to highlighting the importance of recognition and the need to preserve the cultural good. After analysis, the modernist buildings located in the city of Recife, more specifically in the districts of Santo Antônio and Boa Vista. An inventory was made due to the understanding of the need for a conservation of modern architectural heritage that represents the diffusion of the culture and history of Recife and especially of the neighborhood of Santo Antônio and Boa Vista, currently exempt from preservative activities.

In this way, it became necessary to have an inventory of modern buildings, seeking to preserve historical value, artistic and social value.

Keywords: Modern Architecture. Verticalization. Heritage. Recife.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. VERTICALIZAÇÃO E ADENSAMENTO NAS GRANDES CIDADES	2
2.1. A verticalização no Movimento Moderno.....	3
3. A ARQUITETURA VERTICAL NO RECIFE	16
3.1. Os edifícios modernos nas transformações do centro do Recife	18
3.2. Bairro de Santo Antônio.....	20
3.3. Bairro da Boa Vista.....	25
4. ARQUITETURA MODERNA COMO PATRIMÔNIO	33
5. PANORAMA DOS EDIFÍCIOS MODERNOS NO CENTRO DO RECIFE	44
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
REFERÊNCIAS	49

1. INTRODUÇÃO

O Movimento Moderno da arquitetura já faz parte do passado, exigindo nosso interesse para com a sua conservação e proteção. A preservação e entendimento do passado é importante para o presente e futuro, como base da nossa compreensão dos fenômenos que nos cercam.

Desta forma, este trabalho consiste em apresentar um inventário dos edifícios modernos localizados no centro da cidade do Recife-PE, especificamente nos bairros de Santo Antônio e Boa Vista, com o intuito de contribuir com o entendimento desta arquitetura nos mencionados locais.

O volume foi estruturado em cinco partes. O primeiro capítulo explana a definição de verticalização e adensamento, visando demonstrar as vantagens em se obter uma arquitetura verticalizada, trazendo para o leitor um melhor entendimento sobre o assunto, ressaltando, também, a importância do Movimento Moderno, que devido aos avanços tecnológicos, após a revolução industrial, transformou as cidades em símbolos de progresso com seus novos modelos de edificações.

No segundo capítulo, é apresentado como o Movimento Moderno se instalou na cidade do Recife e como foi a relação destes novos edifícios com as preexistências, cujas características arquitetônicas eram dos movimentos antecedentes ao modernismo. Fato resultante de uma necessidade de reorganização das atividades tanto nos bairros como na própria cidade, como consequência do crescimento da população, o que gerou uma expansão imobiliária.

No terceiro capítulo é apresentada a Arquitetura Moderna como um patrimônio e a importância de preservá-la, com o propósito de perpetuar seus valores para as gerações futuras, tendo como base teórica autores como McDonald e Prudon (1996).

Na penúltima parte deste trabalho, é apresentado o inventário, destacado como um importante instrumento de reconhecimento para a preservação de uma obra arquitetônica, com análises dos dados coletados e comentários sobre as suas particularidades arquitetônicas predominantes.

No último capítulo são apresentadas as considerações finais e algumas reflexões que esta pesquisa poderá trazer para auxiliar na colaboração da preservação do patrimônio dos edifícios modernos verticais localizados nos bairros de Santo Antônio e Boa Vista, Recife-PE.

2. VERTICALIZAÇÃO E ADENSAMENTO NAS GRANDES CIDADES

O presente capítulo explana a definição de verticalização e adensamento, visando demonstrar as vantagens para a arquitetura para melhor entendimento do assunto em estudo.

O adensamento urbano pode acontecer tanto em regiões ociosas como pela transformação de áreas já ocupadas, por meio da produção de habitações, estabelecimentos comerciais e o aumento da população. A construção de edifícios em altura, ou seja, verticais, é uma das formas de adensamento que tem como maior vantagem a capacidade de adensamento populacional e a proximidade entre diferentes usos e atividades, atuando, inclusive, sobre a eficiência urbana com a otimização do transporte público (GONÇALVES, 2004).

A verticalização oferece outras vantagens, como a imagem trazida por uma arquitetura muito mais alta e estreita além da maior presença de espaços abertos nos lotes urbanos que poderão ser inseridas ao espaço de domínio público. Este tipo de domínio do nível térreo nas edificações, presente nas teorias e nos modelos de cidade de torres de *Le Corbusier*, tem sido revivido com sucesso em projetos europeus que enfatizam o transporte público em detrimento da circulação do automóvel (MIANA, 2010).

Neste sentido, verticalizar significa:

Criar novos solos, sobrepostos, lugares de vida dispostos em andares múltiplos, possibilitando, pois, o abrigo, em local determinado, de maiores contingentes populacionais do que seria possível admitir em habitações horizontais e por conseguinte valorizar e revalorizar estas áreas urbanas pelo aumento potencial de aproveitamento (RAMIREZ, 2007, p. 22).

Desde a década de 1920 que se tem percebido o crescimento desse modelo de ocupação, porém, os estudos a respeito da verticalização só ganharam forças a partir da década de 1980, tendo em vista o crescimento desse fenômeno que acontecera nas metrópoles brasileiras (SILVA, 2008).

Nesses estudos são compartilhadas algumas maneiras de análise a respeito do tema, onde as principais observações a respeito da verticalização, sinalizam que:

a) O poder público tem participação importante no processo de verticalização enquanto promotor de legislações urbanas que disciplinem o uso do solo urbano; b) A verticalização promove mudanças na sociedade, com significativos impactos nas classes sociais e na economia da cidade, uma vez que gera migrações internas e segregações urbanas;

c) A verticalização pode ser vista como sinônimo de avanço técnico e de modernização, sendo colocada como marco revolucionário da paisagem urbana (SAHR, 2000, p. 3).

As construções e os traçados da cidade são a materialização das ações dos homens através do tempo. A partir de então, a modernidade passou a transformar a cidade, dando-lhe novas características por meio dos novos modelos de edificações, resultando nos avanços tecnológicos. Ao questionar se grandes cidades se fazem com edifícios grandiosos, Lapa (2011) nos convida a refletir sobre a verticalização, entendida como símbolo de futuro, modernidade e progresso, e por isso mesmo utilizada como estratégia para se impor uma nova forma de construir a cidade moderna. A condição que a natureza e a história dos edifícios determinavam para definir silhuetas urbanas agora é substituída por fatores tecnológicos, econômicos e socioculturais que contribuem para a homogeneização da paisagem.

O Brasil procurava ingressar entre as nações desenvolvidas buscando encontrar formas racionalizadas de uso e manipulação do espaço das cidades, segundo regras de uma das disciplinas instauradoras da modernidade do século 20: o urbanismo (SEGAWA, 1997, p. 73).

Já de acordo com Nucci (2012), o adensamento urbano é uma intensificação do uso e da ocupação do solo, podendo ser justificado se a área apresentar infraestrutura (redes de água, luz, esgoto, telefone, gás encanado etc.) além da qualidade ambiental. Esta última deve ser diagnosticada caso a caso e em diferentes escalas, considerando-se critérios que indiquem os limites para o adensamento - um deles é a mistura de usos incompatíveis, como usos poluidores ao lado de áreas residenciais; outro critério é a altura e proximidade das edificações; há também o da deficiência em número, área, distribuição e qualidade tanto da cobertura vegetal quanto da arborização das calçadas, como também de espaços de uso público, livres de edificação e com vegetação. As superfícies com a ausência de elementos paisagísticos tornam-se impermeáveis e acarretam, por exemplo, em diversos problemas climáticos na área. Há ainda a existência dos parâmetros voltados à densidade demográfica, o que evita um tipo de apinhamento humano, responsável pelos variados tipos de desconfortos.

2.1. A verticalização no Movimento Moderno

Os inovadores do século XX teorizavam uma nova estética, cuja divisa era formulada desde 1896 quando L. H. Sullivan afirmou que a “a forma deriva da função”. Isso se corresponde à recusa de adereços ou adornos feita por Otto Wagner, na sua obra “ornamento é um crime”, em todas as partes do edifício em que não seja componente essencial da construção (AMORIM, 1991). A estrutura, no entanto, é evidenciada como um valor estético em si, privilegiando-se o cubo e o ângulo reto, evidenciando-se assim, a marca da arquitetura moderna.

Os arquitetos realmente considerados “modernos” tinham preocupações formais, técnicas e sociais, e não apenas formas e técnicas, acreditavam também serem instrumentos de mudanças sociais, trabalhando por isso, muitas vezes com obras públicas, junto ao Estado, desenvolvendo um papel de intermediário entre o discurso político e uma prática arquitetônica (MELO, 2011).

Le Corbusier, o pioneiro do movimento modernista e um dos principais influenciadores teóricos da arquitetura de todos os tempos, empregava frequentemente a lâmina vertical ou horizontal, por considerar capaz de expressar uma ideia de nobreza. Essas formas eram geralmente trabalhadas para que apenas sua essência fosse preservada, aumentando o impacto criado pela lâmina do edifício. Segundo Amorim (1991), o volume e a superfície são elementos pelos quais se manifesta a arquitetura – jogo sábio, correto e magnífico dos volumes sob a luz.

De acordo com Marins e Alvim (2013), os arranha-céus norte-americanos eram, nas duas primeiras décadas do século XX, ainda uma experiência exclusiva daquele país. Isto acontecia por algumas razões específicas de caráter industrial, de uma nova maneira de conceber o espaço urbano e, certamente, pela vontade de oferecer um testemunho material da imensa riqueza que as cidades do norte do país começaram a acumular na segunda metade do século anterior. O primeiro arranha-céu do mundo foi erguido em Chicago após a cidade ter sido devastada por um incêndio em 1871, o *Home Insurance Building* (Figura 1), inaugurado em 1884 contendo dez andares e 42 metros de altura, acrescido posteriormente de mais dois pavimentos em 1880. Este inaugurou o sistema de construção de grandes edifícios em estrutura de ferro, sendo ela mais leve e pré-fabricada.

Figura 1. Home Insurance Building.



Fonte: (CHICACOLOGY, 2017)

Louis Sullivan, o mais célebre arquiteto da primeira fase dos arranha-céus norte-americanos, evidenciou essa disputa, pois após já ter criado diversos edifícios em Chicago, foi contratado para projetar o *Bayard Building* (Figura 2) em Nova York, inaugurado em 1898, possuindo 13 andares e 49 metros de altura, inteiramente erguido em estrutura de aço.

Figura 2. Bayard Building.



Fonte: (STOSSEL, 2011).

Em 1889, Nova York ganhou seu primeiro “arranha-céu”, o *Tower Building* com 12 andares, mas o medo da população era tal que o arquiteto projetista diminuiu para 11 como prova de segurança do edifício. Já em 1913, surge o *Woolworth Building*, com 60 andares, mas nada foi mais importante na época do que o *Empire State Building*, de 1931, também em Nova York, com 102 pavimentos distribuídos em 381 metros de altura e capacidade para alojar cerca de 25 mil inquilinos. Sua construção durou aproximadamente 17 meses corridos e sua estrutura é composta por colunas em aço, revestidas com blocos de granito, dispensando assim acabamentos e facilitando sua modulação entre os pavimentos. Depois de 44 anos de recorde absoluto, o Empire State Building era superado pelo edifício World Trade, localizado na cidade de Nova York (MARINS E ALVIM, 2013).

Localizadas em Manhattan, a primeira edificação das conhecidas “Torres Gêmeas”, foi concluída em 1972, já a segunda em 1973, ambas no centro de um complexo de vários outros edifícios pretensiosamente denominado *World Trade Center* (O centro do mundo comercial). Contendo 417 e 415 metros cada uma respectivamente, e ambas com 110 andares, as torres assumiram a liderança

mundial dos arranha-céus. Embora muitos arranha-céus continuassem sendo erguidos nos Estados Unidos, o fenômeno de sua construção se espalhou, sobretudo pela China, Japão, Coreia do Sul, Tailândia, Vietnã, Cingapura, Austrália, países do Golfo Pérsico, Rússia e mesmo o Chile (MARINS E ALVIM, 2013).

A verticalização de Nova York crescia ininterruptamente, alcançando alturas cada vez mais expressivas, visto que a legislação municipal não restringia ao crescimento contínuo como a de Chicago. Símbolo mundial de uma ascensão simultaneamente cultural, econômica e política experimentada pelos Estados Unidos, o padrão vertical dos arranha-céus norte-americanos foi recebido de maneira diferente no Ocidente durante o período entre as duas guerras mundiais. Nenhuma das maiores cidades europeias construiu arranha-céus de grande porte até o fim da Segunda Guerra Mundial, já no território sul-americano, uma verdadeira corrida por edifícios cada vez mais altos tomou conta das maiores cidades do Brasil, Argentina e Uruguai. Mas nesses países, ao invés das estruturas de ferro, a solução adotada foi o concreto armado para erguer os seus arranha-céus (MARINS E ALVIM, 2013).

No Brasil, especificamente em São Paulo, os novos edifícios altos começaram a substituir as velhas construções do núcleo antigo, a área central da cidade, já bastante compacta. Esse crescimento vertical teve início na primeira década do século XX, porém não era superior a cinco andares (MULLER, 1958).

O edifício Sampaio Moreira, construído em 1924, teve a importância de utilizar a estrutura de concreto armado para altura acima do usual da época, 12 andares e uma cobertura. De acordo com a análise de Marins e Alvim (2013), a Lei nº 2.322 de novembro de 1920, estabelecia uma altura máxima para edifícios não superior a três vezes a largura da rua quando esta fosse maior que 12 metros. Um exemplo desta legislação seria o caso do Edifício Sampaio Moreira, projetado com aproximadamente 8000 metros quadrados e construído numa base de 17x40 metros, ou seja, 680 metros quadrados, resultando em um coeficiente de aproveitamento da área igual a 12.

Figura 3. Edifício Columbus.



Fonte: (PEREIRA, 2010).

O surgimento da verticalização no Estado de São Paulo se deu na década de 1920 estava diretamente associado aos edifícios comerciais, já que os residenciais passaram a surgir apenas um pouco mais tarde. A década de 30 e 40 viria a se expandir nesta grande inovação no setor residencial, sendo esta verticalização aceita inicialmente com relutância aos tempos coloniais (REIS FILHO, 1978, p. 56).

Ainda segundo Marins e Alvim (2013), o primeiro prédio do Estado de São Paulo surgiu em 1934 na Avenida Paulista, o Edifício Columbus (Figura 3) projetado por Rino Levi, sendo o primeiro residencial de luxo com um apartamento por andar e quatro dormitórios.

Figura 4. Calçadão de Copacabana, Rio de Janeiro (1960-1990).



Fonte: (COPACABANA, 2018).

Outros edifícios espalhados pelas capitais brasileiras procuravam emular uma corrida vertical protagonizada por Rio de Janeiro, São Paulo, Montevideo e Buenos Aires. Nestes a plástica *Art Decó* nova-iorquina triunfava sobre o ecletismo local e no Rio de Janeiro Copacabana (Figura 4) foi uma demonstração de outro aspecto da vitória do padrão vertical norte-americano em nossas cidades. Em 1940 o centro de São Paulo possuía 70% dos edifícios altos da cidade e os 30% restantes espalhavam-se, esparsamente, pelos bairros lindeiros, quase todos residenciais (Figura 5).

Figura 5. São Paulo em 1940.



Fonte: (BRETAS, 2016).

Ainda no Rio de Janeiro, segundo Marins e Alvim (2013), em 1929 houve profundas mudanças econômicas e culturais, acarretando reflexos significativos na arquitetura brasileira. As palestras ministradas por Le Corbusier em 1929 influenciaram os jovens arquitetos cariocas ao demonstrar formas, conteúdos e

espaços urbanos que constituem a renovação radical da tradicional cidade compacta europeia. Paralelamente a isso, após a Revolução de 1930, o governo de Getúlio Vargas procurou renovar os paradigmas vigentes e agregar, nas estruturas de poder, intelectuais e profissionais dispostos a participar da criação de um do Brasil mais moderno (ALVIM, 2013).

A construção dos edifícios foi à oportunidade para aplicarem os cinco pontos-chave da moderna arquitetura proposta por Le Corbusier: planta livre, pilotis, fachadas de vidro, estrutura independente e terraço-jardim. Assim como os princípios anteriores, haviam ainda outros tão importantes quanto os de Le Corbusier como por exemplo, o edifício ter um volume com sua forma mais pura e alta, com o seu embasamento mais baixo, isolados no quarteirão e com espaços verdes livres ao redor. Em função de suas características arquitetônicas inovadoras e arrojadas, o edifício, inicialmente denominado de Ministério da Educação e Saúde (MES), hoje Palácio Gustavo Capanema (Figura 6), foi construído em 1930 e tornou-se a referência inaugural da moderna arquitetura brasileira.

Figura 6. O edifício MES (Ministério da Educação e Saúde, 1930).



Fonte: (MELENDO, 2004).

Nesse sentido:

Os processos de verticalização das cidades terem ocorrido geralmente nos centros, no Rio de Janeiro, a intensidade da expansão e da verticalização se processou tanto no centro quanto no emergente bairro de Copacabana. Ali, esse processo foi tão significativo que acabou se tornando, posteriormente, um modelo de urbanização para muitas cidades brasileiras, sobretudo, as litorâneas (VAZ E SEGRE, 2013, p. 77).

O status de superioridade e modernidade passou a ser inerente aos moradores de apartamentos no bairro de Copacabana. A aceitação do novo modo de morar impulsionou a produção de arranha-céus a tal ponto que, no final da década de 1930 houve o chamado “boom imobiliário”. Da primeira metade da década de 1930, Belo Horizonte já dispunha de várias edificações com altura entre seis e oito pavimentos, podendo ainda serem considerados como uma tipologia intermediária entre os sobrados e os arranha-céus. Essa tipologia só vai ser superada a partir de 1935 quando se constrói o Edifício Ibaté (Figura 7), de autoria do arquiteto Angelo Murgel, o primeiro – juntamente com a torre da Feira Permanente de Amostras – a atingir o patamar de dez pavimentos na cidade. sendo considerado o primeiro arranha-céu de Belo Horizonte.

Figura 7. O edifício Ibaté.



Fonte: (MAPIO, 2018a).

A chegada desta arquitetura moderna no Estado de Minas Gerais encontra uma capital cujo crescimento se acelera gradativamente, dos 270 mil habitantes em 1945, atinge 350 mil em 1950, passa a 700 mil em 1960, chegando a 1,2 milhão em 1964. E não são apenas os edifícios comerciais que marcam a fisionomia do centro da cidade, mas também aparecem ali modernos prédios de apartamentos, que se disseminam nos quarteirões entre a Avenida Afonso Pena e a Rua dos Guararapes. Eles consolidam, na capital mineira, uma nova forma de morar, a qual corresponde também novas soluções estéticas e funcionais, isto porque muitos dos edifícios já são projetados pelos arquitetos da primeira geração formada na Escola de Arquitetura, que se estabeleceu na capital mineira em 1930. Os arquitetos mineiros, em sintonia com a arquitetura moderna brasileira, criam um conjunto de obras na área central da capital, que configura o melhor momento da arquitetura vertical na cidade, desenvolvida entre os anos de 1950 e 1960 (MARINS E ALVIM, 2013).

Silvio de Vasconcelos, com o Edifício Mape (Figura 8); Rafael Hardy Filho, com a sede do IPSEMG e Eduardo Mendes Guimarães, com o prédio da Reitoria da UFMG (Figura 9), são alguns dos nomes de destaque nesse período. Oscar Niemeyer também contribuiu, entre tantos projetos, para a qualidade da produção verticalizada desse momento, cabendo destacar o Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE) (Figura 10), construído em 1937 na atual Avenida Guararapes (MARINS E ALVIM, 2013).

Figura 8. Edifício Mape.



Fonte: (ARQBH, 2007).

Figura 9. O edifício da Reitoria da UFMG



Fonte: (MAPIO, 2018b).

Figura 10 O edifício do Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE).



Fonte: (AGÊNCIA MINAS GERAIS, 2016) .

Os arranha-céus foram atribuídos a escritórios, bancos, correios, cinemas, institutos de aposentadorias e pensões e nessa época as linhas mais clássicas da arquitetura conviviam com a linguagem modernista oficial adotada pelo governo no Ministério da Educação e Saúde. Em 1939, foi construído, no Recife, o Palácio da Fazenda, de Saturnino de Britto e equipe, tendo para a cidade a mesma importância do MÊS para o Rio de Janeiro, pois ambos marcaram a afirmação da linguagem moderna como sendo a oficial (MARINS E ALVIM, 2013).

Ainda na década de 1930, o estímulo da verticalização ocasionou a criação do Decreto nº 75, o qual visava no estabelecimento, pela a Comissão do Plano da Cidade, de um gabarito para toda a área a ser reformada, enquanto a área restante mantinha o mesmo gabarito, este regulamentado pelo Decreto nº 374. A legislação previa gabaritos mínimos de altura para edifícios de no mínimo 7 pavimentos, para grandes passarelas no pavimento térreo e na sobreloja, cobertos pela projeção do corpo do edifício sobre o passeio. Os gabaritos de altura, os cantos cortados (no geral esquinas chanfradas, cilíndricas ou côncavas), os escalonamentos dos pavimentos superiores e os condicionantes volumétricos concederam uma bela uniformidade nas áreas centrais, delimitando o espaço construído tal como nas cidades tradicionais (MARINS E ALVIM, 2013).

De acordo com Cavalcanti (2006), é importante salientar que o Movimento Moderno na arquitetura estava inserido em um movimento mais amplo da intelectualidade brasileira, preocupada em “pensar” o Brasil. A casa moderna seria um instrumento de liberação da classe trabalhadora e o papel desta intelectualidade brasileira era mediar as dimensões do mundo acadêmico e popular afim de concluir que a renovação social e arquitetônica seriam lados da mesma moeda e a nova estética passaria então a configurar como uma nova ética (CAVALCANTI, 2006).

Vale explicar que:

Adotando a versão hegemônica, nesta narrativa, o grande herói é Lucio Costa; a escola carioca é, por definição, a que afirma a brasilidade do modernismo e as demais ou são variações regionais – leia-se menores – como a escola do Recife, ou são desdobramentos tardios, como o brutalismo paulista. Moderno e contemporâneo são sinônimos, o que corresponde não apenas ao que terão dito a Bruand todos os seus entrevistados brasileiros, na época, mas ao que era o entendimento do termo, no contexto francês (MARQUES, 2006, p. 45).

No período de uma década foram encomendados quatro planos para Recife, fato que pode indicar uma vontade de modernização por parte dos prefeitos da cidade. A Avenida Dantas Barreto, a Avenida Guararapes e a Avenida Conde da Boa Vista compõem o conjunto das principais vias de serviço da cidade, locais privilegiados para os empreendimentos imobiliários. Os bairros do Recife, Santo Antônio, Boa Vista, Derby, Boa Viagem, Graças, entre outros passaram a abrigar e adotar o novo estilo, tornando-lhe uma “febre”, sendo facilmente adotado tanto pela burguesia ascendente quanto pelo poder público (SILVA, 1988).

3. A ARQUITETURA VERTICAL NO RECIFE

O centro do Recife manteve no conjunto da paisagem a mesma linha de horizonte, “sem saliências nem relevos que deem na vista, toda ela num plano só” (FREYRE, 2007, p. 23), mesmo que períodos distintos de intervenção sejam assinalados ao longo de quatro séculos.

Destacam-se períodos de transformação do Recife, desde do início de sua fundação, datado de 1527 da cidade eclesiástica de origem portuguesa, passando pelo Plano holandês da Cidade Maurícia no século XVII, depois ajustado às concepções lusitanas dos anos 1700 com a efervescência das igrejas barrocas valorizadas pelos percursos e a imagem na compreensão de um Recife urbano de paisagem-postal com perspectivas que compunham praças e largos. No século XIX, houve a introdução da arquitetura e do urbanismo influenciados por franceses e ingleses, e nos anos 1900 com a influência de ideais modernistas planos modernistas como os de Haussmann, ainda do século XIX em Paris, e o de Agache, na primeira metade do século XX no Brasil (PONTUAL, 2012).

O bairro do Recife se expandiu lentamente até o final do século XIX. Durante esse tempo aconteceu uma reorganização das atividades tanto nos bairros como na própria cidade, como consequência do crescimento da população, o que gerou uma expansão imobiliária. Nesse caso, o bairro do Recife, hoje o Recife Antigo, era o coração da cidade, e nele se encontravam os principais estabelecimentos comerciais, além dos serviços públicos essenciais, agências bancárias, dentre outras funções importantes para o dia a dia da população. Ao bairro de Santo Antônio restara a função cultural e administrativa, visto que nele se encontravam o Palácio do Governo, o Quartel da Cavalaria, a intendência Municipal, o Teatro de Santa Isabel e o Tesouro do Estado, além do Gabinete Português de Leitura, a Biblioteca Estadual e os principais jornais que circulavam na cidade à época (SILVA, 2008).

O bairro da Boa Vista somente foi ocupado no século XVIII, tendo sua origem firmada a partir da via que seguia para a atual ponte da Boa Vista. Esse acontecimento sucedeu-se lentamente, através de uma expansão que ainda não tinha se completado em meados do século XIX. Até 1844, os espaços urbanizados na capital eram limitados aos bairros do Recife, São José e Santo Antônio. A verticalização no Recife foi intensificada nos anos de 1950, concentrando-se na área

central da cidade, porém, com pequenas expansões voltadas para fora desse eixo, como o caso de Boa Viagem, (Figura 11). (SILVA, 2008).

Figura 11. Av. Boa Viagem – década de 50/60.



Fonte: (SKISCRAPERCITY, 2010)

O aumento de construções permanentes, sobretudo a partir da década de 1950, inaugurou uma nova etapa de desenvolvimento no bairro, com destaque para os primeiros edifícios arranha-céus na época: o Acaiaca e o Califórnia (Figura 12), sendo seguidos pelo Holiday (com 416 apartamentos dispostos em 17 andares), (SILVA, 2013). Conforme estudo a construção da Avenida Boa Viagem aconteceu em consequência do desenvolvimento dos serviços e infraestrutura do bairro do Recife, promovendo o crescimento urbano e a valorização da área (SILVA, 2015).

Figura 12. Edifício Califórnia (1953).



Fonte: (SABOIA, 2017).

Estes edifícios apresentam características em comum: uma hierarquização e zoneamento de funções na organização dos programas em planta; Volumes puros, rígidos, compactos, com tratamento horizontal; Ausência de ornamentação nas fachadas; Presença de revestimentos em pó-de-pedra, ou pinturas de cores neutras, como o cinza e o branco; Fachadas simétricas, clássicas e estáticas; Elementos de composição formados por marquises em concreto, varandas sacadas de formas geométricas, pestanas de concreto, brises e balcões curvos; Valorização na composição de elementos arquitetônicos proporcionados pela técnica (marquises, rasgos de vidro) (MELO, 2001).

3.1. Os edifícios modernos nas transformações do centro do Recife

A modernização no bairro do Recife aconteceu em 1938, surgindo uma nova intervenção através da decisão do governo para fazer as melhorias no bairro de Santo Antônio. Essas melhorias feitas pelo governo acumularam uma destruição quase total da malha urbana, no que se refere aos monumentos históricos tendo como exemplo a demolição da Igreja do Paraíso, localizada no bairro de Santo Antônio (JORNAL DO COMMERCIO, 2018).

A modernização e o progresso da cidade tornaram-se mais importantes do que a história e os valores culturais dos recifenses. Na década de 1950, houve mais transformações com a abertura do bairro de São José, de acordo com o Jornal do

Comercio (2018), um quarteirão foi demolido para um alongamento na Rua das Trincheiras. Porém, com essa demolição foi também arrasada a Igreja dos Martírios que existia naquela área (JORNAL DO COMMERCIO, 2018).

A partir dos planos de remodelação desenvolvidos por diversos engenheiros e urbanistas, foram realizadas muitas demolições que marcaram a história da cidade, como foi o caso da Igreja do Paraíso. Todos estes processos foram feitos para tentar dar à capital uma aparência mais moderna. Segundo o Jornal do Comercio (08.04.2018), em 1972 uma solução feita pelo arquiteto Luiz Nunes para preservar a igreja e a avenida não foram atendidas. A solução do arquiteto era que a avenida passasse por trás da igreja, porém foi preferido demoli-la. Nessa mesma época existia uma grande necessidade de fazer uma previsão para a ampliação das vias e, mesmo existindo um número reduzido de automóveis na época, foram projetadas ruas largas para as transformações que a cidade estava sofrendo (JORNAL DO COMMERCIO, 2018).

Com as reformas foi provocada uma grande redução no número de moradores do bairro de Santo Amaro. Segundo Pontual (2012), em 1960 a população de Santo Antônio cai de 6.299 para 4.794 habitantes naquele ano, um crescimento negativo de 23%. São José por sua vez é o bairro que menos cresce naquele período de transformações no bairro do Recife, passando de 26.524 habitantes para 27.288. A construção da Avenida Dantas Barreto começa nos anos 30, e continuou nos anos 60, terminando apenas em 1973 (PONTUAL, 2012).

O início da urbanização da Cidade se dá de forma abrangente até meados do século XIX, incluindo os bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José. Pontual (2012) analisou as plantas desta época e observou um crescimento contínuo da ocupação suburbana desses bairros, partindo de um núcleo urbanizado. Até este momento o crescimento dos bairros de São José e Santo Antônio possuíam algum equilíbrio ambiental no geral.

Com o passar dos anos, o Recife se transforma, anteriormente era caracterizado por grandes áreas de mangues e alagados, na época das transformações urbanísticas. Além disso o autor constatou uma grande mancha urbana e a apropriação de lugares e aterramento de algumas áreas (PONTUAL, 2012).

O Recife, caracterizado pelas suas imensas áreas de mangue e alagados, foi se transformando urbanisticamente. Ficou perceptível uma grande mancha

urbana onde muitos lugares foram apropriados e aterrados. A reforma do Bairro de Santo Antônio e a construção da Avenida Dez de Novembro, atual Avenida Guararapes, 1937, assim como o novo regulamento de construções introduzindo em 1936, constituem marcos para a verticalização dessas áreas. O tráfego de carros aumentou gradativamente, em particular, nos Bairros do Recife, São José e Santo Antônio, onde se concentravam o comércio e os negócios, ficando o Bairro da Boa Vista e arredores destinados a habitação e a pequenos núcleos comerciais.

3.2. Bairro de Santo Antônio

Antes mesmo da reforma do porto e de todo o Bairro do Recife, o Bairro de Santo Antônio teve sua primeira reforma urbana no início do século passado, acontecendo nos tempos do então prefeito Martins de Barros, que governou a cidade de 1905 a 1908. Muitos projetos surgiram, entre eles o projeto do engenheiro Domingos Ferreira, que defendia o alargamento da parte inicial da futura Avenida Guararapes, com o recuo dos edifícios da parte inicial da rua, tendo as suas varandas voltadas para a cabeceira da ponte que seria a Duarte Coelho (CAVALCANTI, 2006).

O conceito da tábula rasa foi utilizado nas alterações urbanas sucedidas no bairro de Santo Antônio. Este conceito consistia na aceitação da demolição, sem negar as tradições e estilos arquitetônicos, como também na área urbana (PONTUAL, 2012).

Nesse pensamento:

Levando de roldão as velhas artérias que surgiram à sua frente, a Avenida Dantas Barreto, além de liquidar o Pátio do Paraíso, a Praça do Carmo e provavelmente a Praça Sérgio Loreto, ainda decretou a destruição de seculares ruas dos bairros de Santo Antônio e São José. [...] No começo foi a igreja do Pátio do Paraíso, famosa pelas suas procissões, tão lembrada pelos mais idosos, mas tão esquecida pelos cronistas do Recife. Foi o primeiro templo a ser derrubado. Ficava a Igreja do Paraíso no local onde hoje se ergue o Edifício Santo Albino (SANTANA; OLIVEIRA, 2010, p. 526).

Das realizações dos planos urbanísticos realizados nos anos 30, cabem destacar os projetos de Nestor de Figueiredo (1932), Atílio Corrêa Lima (1936), pareceres e visitas técnicas a exemplo de Fernando de Figueiredo (1932) e Preste Maia (1933) além de Domingos Ferreira, que criou dois planos de reforma, entre os anos de 1927 e 1931, do bairro de Santo Antônio, esses eram diferentes apenas nos

traçados feitos por Domingos. O traçado apresentava uma forma de leque com quatro avenidas irradiando-se a partir da Praça do Sol. Além disso, propunha-se o alargamento da Rua João do Rego (atual Av. Dantas Barreto), que passaria a ter 20 metros no trecho compreendido entre a Praça da República e a nova avenida vinda da Praça do Sol em direção à Praça da Independência, o que totalizaria 270 metros (PONTUAL; CAVALCANTI, 2003).

Logo terminem as demolições dos restantes prédios para alargamento da Praça da Independência, iremos dar início às obras da Avenida Dantas Barrêto, fazendo desaparecer os bêcos infectos, as casinhas modestas, para que a nova artéria, que será o orgulho do meu Recife, comece a crescer para prestígio da cidade (PONTUAL; CAVALCANTI, 2003. p. 4).

No ano de 1951, a partir de uma edição do Grêmio Literário Rui Barbosa, cujo título era “Aspectos da descaracterização do Recife”, seguindo os conceitos regionalistas, se denunciava que o Recife estaria ameaçado de ser descaracterizado, assumindo as características de um outro Recife: o que está começando a nascer, estranho aos olhos dos provincianos (PONTUAL; CAVALCANTI, 2003).

Tanto as intervenções da Av. Dantas Barreto junto a Av. 10 de Novembro e a Praça da Independência mostraram a firmeza e a obstinação dos que faziam o governo de Getúlio Vargas na época, chamado de Estado Novo. Ao assumir o cargo de Prefeito, em 1946, Pelópidas Silveira se deparou com a permanência da situação, que os antigos governantes tinham apelado aos comerciantes para que não atrapalhassem os esforços sendo retirados do local e em troca prometeram melhorias a esses comerciantes, tudo para a abertura da Av. Dantas Barreto, mas infelizmente essas melhorias não chegaram. A abertura desta avenida não foi pacífica, e o jornal do Estado Novo, a Folha da Manhã, afirmou que todos os comerciantes desalojados, dificultaram a abertura da via em questão (PONTUAL; CAVALCANTI, 2003).

Mas, tão somente em nome desse progresso, apelamos para o prefeito Pelópidas Silveira e para a Câmara Municipal do Recife, no sentido de ser encontrada uma solução capaz de determinar o prosseguimento da Avenida Dantas Barreto e a derrubada, o quanto antes, do entrave, que outro não é senão aquele bloco constituído de pardieiros infectos [...] já que estão em jogo não o interesse político de grupos, mas o progresso da cidade, a sua modernização, a sua urbanização (PONTUAL; CAVALCANTI, 2003, p. 5).

Ao final de 1959, foi divulgado que essa intervenção da Av. Dantas Barreto não descongestionaria o tráfego e já não iria servir para a atual conjuntura do

urbanismo, mesmo com as polêmicas e controvérsias, alguns defendiam o arranha-céu como sinônimo de progresso. As novas ideias propostas para a nova situação da Dantas Barreto foram o desvio do centro para a periferia ou a descentralização do tráfego.

As reformas urbanas continuaram, nas áreas centrais e transformações do tecido urbano da cidade. As obras de abertura da Dantas Barreto foram iniciadas na década de 1930 e paralisadas no final dos anos 1950, sendo retomadas em 1964. Juntamente com as modificações e transformações na configuração urbana no Bairro de Santo Antônio o próximo bairro a sofrer alterações foi o para o Bairro de São José, onde as construções antigas são demolidas, abrindo novos espaços para a verticalização no entorno de monumentos (NASLAVSKY, 2013).

A Avenida Dantas Barreto, a atual Guararapes, e a Avenida Conde da Boa Vista compõem o conjunto das principais vias de serviços da cidade e nos anos 50 essas vias foram consideradas locais privilegiados para os empreendimentos imobiliários. A partir de 1953, com o Decreto nº 27/1946 (altura mínima permitida de oito pavimentos), cresce o número de edificações para a Avenida Dantas Barreto, essas construções incentivavam a verticalização nas grandes artérias. Estimulada pela legislação e com a aprovação da Prefeitura, acarretou-se em uma supervalorização tanto dos terrenos da nova Avenida Dantas Barreto, quanto do setor imobiliário. Devido a isso, houve o surgimento de propostas para edificações que chegavam a ter até 29 pavimentos. Desta forma, entre as décadas de 1950 e 1960, uma onda de verticalização percorreu a Avenida Dantas Barreto, e começaram a existir edifícios contendo entre 15 e 18 pavimentos, como o Edifício Igarassu (Figura 13). Vale salientar que se não tivessem ocorrido os confrontos que ocorreram, chegariam até 30 pavimentos (MARINS E ALVIM, 2013).

Figura 13. Edifício Igarassu (1969).



Fonte: Guia de Arquitetura Moderna No Recife, 2016.

O bairro de Santo Antônio tem verdadeiros ícones da arquitetura moderna verticalizada no Recife: Edifício JK, (Figura 14).

Figura 14. Edifício JK (1961)



Fonte: (NE10, 2012).

O edifício AIP (Figura 15), o qual fora projetado por Delfim Amorim no ano de 1958 tornou-se uma das provas do processo de modernização da cidade, bem como das ideias de urbanização existentes na época. Os três edifícios (Igarassu, Inalmar e AIP) que formam um conjunto configurando uma quadra voltada para a avenida Dantas Barreto, completaram o eixo urbanístico da avenida Guararapes. Os três pavimentos superiores faziam parte da sede da Associação de Imprensa de Pernambuco. Existia um auditório que, posteriormente, se transformou no Cinema AIP, e um restaurante, os quais revelaram um jogo volumétrico no coroamento do edifício.

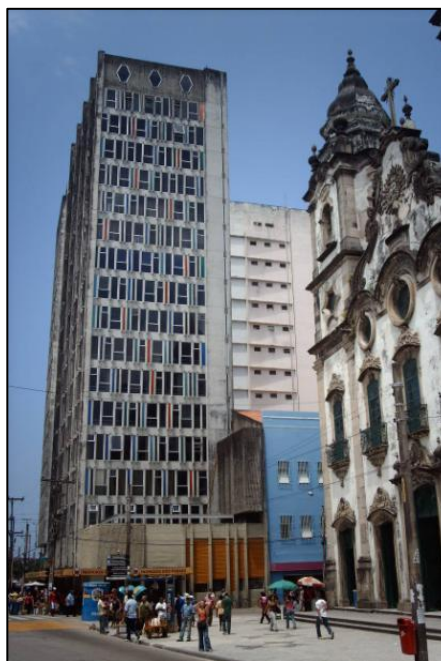
Figura 15. Edifício AIP (1961).



Fonte: (GUIA DA ARQUITETURA MODERNA NO RECIFE , 2016).

O edifício Bancipe foi desenvolvido em parceria dos arquitetos Acácio Gil Borsoi e Vital Pessoa de Melo em 1963. Com uma edificação de 10 pavimentos possui diversas texturas de concreto e com discretos brises de concreto em sua fachada principal (Figura 16).

Figura 16. Edifício Guararapes (1963).



Fonte: (TIBURI; CASARA, 2016).

3.3. Bairro da Boa Vista

No início do século XIX, Tollenare e Vauthier, viajantes franceses que vieram a Pernambuco, sendo esse último engenheiro responsável pela engenharia do Teatro de Santa Isabel, através de suas notas de viagem, demonstraram a fisionomia do Estado nas suas diversas dimensões, partindo do porto até as áreas rurais. Nas suas concepções manifestaram pelo menos dois aspectos básicos, onde o primeiro retratava o distinto nível de urbanização ocorridas nas mais diversas peças de solos, e o segundo retratava as diversidades tipológicas observadas entre as áreas urbana, suburbana e rural (GASPAR, 2003).

Foi a partir do bairro da Boa Vista que se iniciaram as considerações a respeito do nível de urbanização, seguindo-se em direção ao oeste da cidade, especialmente porque, até aquele momento, existiam pelo menos três áreas densamente ocupadas, São José, Vila do Recife e Santo Antônio, ambas situadas entre o porto e o continente, sendo um espaço da representação política da cidade e parte do próprio bairro da Boa Vista.

De acordo com Pontual *et al.* (2012), Vauthier apontava a Boa Vista como sendo a mais moderna e arejada área da cidade, por causa do traçado regular de sua ocupação, o que favorecia a circulação de ar em melhores condições, não

apenas pela largura de suas ruas, mas principalmente pelas áreas de cultivo disponibilizadas em quase todas as casas.

O bairro da Boa Vista era marcado por aspectos peculiares na urbanização da cidade. O desafio era iniciar a construção do primeiro solo urbanizado nas áreas externas das ilhas que faziam parte da composição do Recife, o que iria caracterizar o início da ocupação suburbana. A ocupação se configurou através da construção isolada dos imóveis, a certa distância dos limites de um grande terreno, posto no alinhamento da rua, principalmente na ocupação dos bairros de Santo Antônio e São José. A tipologia padrão é extremamente importante na ocupação de uma periferia de cidade. Através dela se inicia uma estrutura que resultaria em um processo predominante de expansão urbana, a qual vigorou até na atualidade.

O processo de urbanização que foi desenvolvido em meados do século XIX, entre os bairros do Recife, Boa Vista, São José e Santo Antônio resultou em um conjunto significativo de edifícios variados, bem como o uso de inovações capazes de transformar uma cidade caracterizada por forte presença de igrejas em um centro de equipamentos, o que, por consequência, foi transformando-se em um centro urbano de uma cidade em expansão.

Outro aspecto de chama a atenção dentre as atuações no século XIX é a visão da mobilidade urbana do núcleo antigo. Melhor observando, percebe-se que nos bairros de Boa Vista e Santo Antônio se abrem ruas e se realinham outras, dando-se ênfase à construção das pontes Princesa e Isabel e Buarque de Macedo, fazendo a conexão dessas áreas às ilhas predominantemente agrícolas. Essas ações, por um lado, potencializou a centralização do núcleo antigo, e por outro, criou-se infraestruturas para o crescimento urbano, as quais se mostraram capazes de serem inseridas ao serviço da ocupação periférica (SILVA, 2011).

Em relação ao espaço central, Nestor de Figueiredo propusera o fortalecimento do esquema radial de expansão urbana através da ocupação planejada dos bairros da Boa Vista, Recife e São José. Esse esquema viabilizou o traçado de novas vias sobrepostas na malha urbana em São José e Santo Antônio, e o realinhamento de vias no bairro da Boa Vista. Nesse pacote de transformações, a mais significativa era a transferência da estação de trem do bairro de São José para a Boa Vista. A periferia e o centro passariam e se conectarem através deste último bairro (TRAJANO FILHO, 2013).

O projeto de ampliação da rede de trens, bem como a transferência das estações de passageiros e de cargas para o bairro da Boa Vista, era considerado uma proposta ousada, mas ao se potencializar um fluxo de atividades e de pessoas, se estaria levando o centro do Recife a se expandir. Chama-se a atenção para os benefícios contidos na avenida Conde da Boa Vista e no próprio bairro com o mesmo nome, pois sua malha fluvial se apresentava como um privilegiado local, com vistas ao favorecimento da reforma urbana de Santo Antônio e da área residencial existente na segunda metade do século XIX. Assim, estava estruturado um território de conexão entre as urbanizações periféricas com o centro (REYNALDO, 2017).

Outro aspecto que merecia destaque no que se refere ao controle normativo das construções de edifícios é que, em 1946, foram liberadas as construções de verticais, principalmente nos bairros de Santo Antônio e Boa Vista, sendo determinado que o número mínimo de pavimentos para tais construções seria de oito. Estaria assim confirmada a expectativa de inversão imobiliária e a soma de ações privadas que tornassem parte do antigo centro um cenário de grandes edifícios (REYNALDO, 2017).

Os altos edifícios aos poucos foram surgindo nos bairros da Boa Vista e Santo Antônio, refletindo no centro do Recife a moderna arquitetura monumental presente no Rio de Janeiro. As quadras do projeto voltado à remodelação em 1938, sem a existência de um volume preconcebido, o qual era exigência legal para os planos de quadras na Boa Vista, ajudaram para a transformação do desenho e do parcelamento do solo no centro do Recife.

Os planos de quadra do bairro da Boa Vista firmaram pautas urbanísticas bem diferenciadas das que foram formuladas para o bairro de Santo Antônio. A reformulação das quadras daquele aconteceram de forma independente deste. Salienta-se que desde 1926, a expansão através do continente era o principal foco dos projetos de remodelação. Planejavam-se traçados da articulação entre as ilhas e o continente por meio do bairro da Boa Vista. Assim, à época fora muito discutido o reparcelamento das quadras que tinham sua frente posicionadas para a Rua da Aurora, diferentemente do que existia nas áreas já urbanizadas até o início do século XIX, no âmbito da Comissão, antes de ser redesenhada as quadras de Santo Antônio (REYNALDO, 2017).

Existia um interesse em torno da Avenida Conde da Boa Vista e da Rua da Aurora pela iniciativa privada, tanto da Boa Vista como de Santo Antônio. A resposta

formal fornecida pelo Escritório Técnico e da comissão aconteceu através de um projeto desenvolvido conforme a linguagem do urbanismo moderno, de acordo com o ensinado nos cursos de arquitetura das Escolas de Belas Artes carioca e pernambucana. Assim, o projeto foi finalmente apresentado, sendo aprovado em reunião da comissão no dia 5 de dezembro de 1946, abrangendo a área compreendida entre as ruas da Imperatriz e do Riachuelo, sendo respeitadas as recomendações aprovadas previamente.

O projeto que definia as quadras do bairro da Boa Vista passou por vários processos até chegar definitivamente à sua aprovação. Depois de aprovada as recomendações referentes à ocupação, no dia 13 de junho de 1946, a discussão a respeito a existência de galerias é repetida em reunião realizada em 10 de outubro do mesmo ano. As propostas que visavam o redesenho ou o reparcelamento das quadras dos bairros da Boa Vista e de Santo Antônio buscaram mudar completamente a configuração da existente trama urbana, onde o novo traçado de Santo Antônio se aproximava de uma quadra fechada com pátio central, bem parecido com os planos de Agache para o Rio de Janeiro e de Greber para Marselha.

Já as quadras da Boa Vista eram apoiadas em uma visão urbanística moderna, na utilização de blocos isolados repetidos, cada um contendo 14 pavimentos, distantes entre si por meio de uma passagem de pedestre medindo 10 metros de largura, facilitando uma clara leitura dos princípios urbanísticos de Le Corbusier.

A utilização, pelo Escritório Técnico quanto pela Comissão, de formas urbanísticas modernas contidas no projeto de quadra da Boa Vista, aponta para a relação dos arquitetos locais com o ideário moderno, bem como com as funções desempenhadas pelos elementos urbanos singulares na definição formal dos projetos, baseando-se na recomendação da Carta de Atenas de 1933. Os ensinamentos advindos dos estudos de arquitetura na Escola de Belas Artes, foram fundados a partir das ideias da estética moderna, a qual passou a fazer a orientação quanto à estética nacional.

Em Pernambuco, os princípios desta estética nos ensinamentos da Escola de Belas Artes local, bem como a formação do corpo técnico da Prefeitura à época, foram destacados em acontecimentos comemorativos relativos aos 25 anos de funcionamento do curso de arquitetura, no ano de 1957. Um dos principais

conferencistas, Gilberto Freyre, o qual, à época, já era reconhecido como um consagrado escritor, afirmou novamente suas ideias tradicionalistas, só que influenciado também pelo ideário moderno. Ele reconhecia tanto a estética que servia como base para a instituição acadêmica, quando o momento histórico nacional, porém não abria mão de sua harmonia com as particularidades encontradas em Recife. A cidade, como as demais no país, vivia um momento em que surgiam muitas oportunidades para se realizar obras originais e abasileiradas, porém, Freyre ressaltava a importância de que a modernidade deveria ser compartilhada com a paisagem nacional por meio de sua luz, sua sombra, suas cores e suas formas. Agindo dessa maneira, a obra construída seria idealizada e a produção urbanística iria manter a coerência local, tanto em tempo quanto em lugar. Esse pensamento da estética que embasava o estudo da arquitetura do Recife poderia ser comparado ao que Le Corbusier defendia na Europa e Lúcio Costa, no cenário nacional. No caso do Brasil, essa arquitetura racionalista decodificaria a natureza tropical e contextualizaria o que iria ser concretizado (FREYRE, 1958).

É de extrema importância executar a ampliação do terreno para que se levante a nova arquitetura, complementando os edifícios tradicionais. Através da análise da atuação da comissão e das recomendações da normativa de 1953, foi possível fazer a constatação de que a estética moderna, como tratamento dos arredores das construções mais relevantes, teve como resultado a ação conjunta dos instrumentos arquitetônicos e urbanísticos. A moderna configuração formal na Boa Vista e em Santo Antônio não retrata de forma comum a singularidade de uma nova arquitetura diante da antiga, mas a sua necessária contextualização no espaço urbano, modificado para a sua escala e na normativa que iria a viabilizar. O redesenho das quadras desses dois bairros são, portanto, a resposta para a formação recebida na Escola de Belas Artes de Pernambuco.

De acordo com Naslavsky (2013) o bairro da Boa Vista é ocupado por arranha-céus reservados a bancos, cinemas, correios, escritórios, pensões e escritórios, sendo constituído, a partir dessas construções, o novo centro de negócios do Recife. A Avenida Conde da Boa Vista tem uma extensão aproximada de 400 metros e 30 de largura na parte mais estreita e 50 metros na parte mais larga.

Iniciada em 1840, com o aterro do mangue que existia onde hoje está o bairro da Boa Vista, a Rua Formosa foi assim denominada pela beleza do local.

Anos mais tarde, mais precisamente em 1870, a rua herdou como nome o título de Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista, homem que iniciou sua construção quando era presidente da então província de Pernambuco.

A construção da avenida foi feita em três etapas. Depois que o aterro do mangue foi finalizado, iniciou-se a construção do primeiro trecho, que compõe o espaço entre a Rua da Aurora e a Rua do Hospício, e, em seguida, foi realizado o intervalo que liga essa última à Rua Gervásio Pires. Posteriormente, em 1899, foi concluída a terceira e última parte da obra, que vai até o bairro do Derby e foi chamada, na época, de Caminho Novo. O que conhecemos hoje por Avenida Conde da Boa Vista é a união da Rua Formosa com o Caminho Novo. A avenida ainda passou por várias mudanças no decorrer dos anos. Na década de 1940, uma reforma para alargar a via destruiu algumas construções da cidade. Uma delas foi a Igreja Anglicana do Recife, também conhecida como Igrejinha dos Ingleses - no seu lugar, está o cinema São Luiz.

Assim, podemos observar alguns exemplares de edifícios modernos do Bairro da Boa Vista.

Figura 17. Edifício Santa Rita (1962).



Fonte: (GUIA DA ARQUITETURA MODERNA NO RECIFE, 2016).

Figura 18. Edifício Pirapama (1956-60)



Fonte: (GUIA DA ARQUITETURA MODERNA NO RECIFE, 2016).

Figura 19. Edifício Sede da Companhia Energética de Pernambuco (CELPE) (1972-75).



Fonte: (GUIA DA ARQUITETURA MODERNA NO RECIFE, 2016).

Figura 20. Edifício União (1953)



Fonte: (GUIA DA ARQUITETURA MODERNA NO RECIFE, 2016).

4. ARQUITETURA MODERNA COMO PATRIMÔNIO

Patrimônio histórico em seu significado primitivo significa paterno, originado da palavra grega *pater*. Com o passar dos tempos seu significado foi modificando, se subdividindo em Patrimônio Histórico Material, englobando construções, obeliscos, esculturas, e o imaterial, abrangendo danças, comidas, manifestações religiosas de determinadas regiões.

A partir do século XVIII, ressaltou-se a importância de preservar-se o patrimônio construído, partindo-se da premissa que uma ação cultural tem o propósito de conservar os valores representativos de um momento histórico e artístico de épocas determinadas, com o objetivo de transmitir tais valores para gerações futuras.

No início do século XIX, depois das revoluções Francesa e Industrial, o povo passou a se preocupar com a preservação do patrimônio histórico, especialmente pela restauração de monumentos e dos edifícios que foram destruídos pelas guerras, a fim de se preservar e manter latente a história patrimonial de uma sociedade (KUHL, 2000).

No mesmo século, o francês Viollet-le-Duc e o inglês John Ruskin são considerados os precursores das teorias referentes a esse tipo de preservação. Frente ao cenário da revolução industrial, Ruskin se opôs aos movimentos que visavam o restauro na Inglaterra e propôs uma postura pouco intervencionista, o que conservaria os edifícios da forma que chegaram ao tempo presente. Já Viollet-le-Duc, quando se deparou com as destruições dos edifícios depois da Revolução Industrial, se disponibiliza favorável a grandes intervenções nos edifícios. Segundo Le Duc (2000, p. 29): “restaurar um edifício não é mantê-lo, repara-lo ou refazê-lo é restabelecê-lo em um estado completo que pode não ter existido nunca em dado momento”.

No Brasil, em 1930 o Estado passou a se preocupar com os riscos de perda, destruição e abandono das obras de artes e cidades históricas, vindo a ter vários movimentos intelectuais, como ocorreu com a cidade de Ouro Preto/MG, tornando-se esta um monumento nacional, descrito no Decreto nº 22.298/1933. E foi por meio de várias pressões intelectuais que surgiu o Decreto-lei nº 25/1937, o qual contém em seu artigo primeiro que:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico (BRASIL, 1937).

Posteriormente, foi promulgado o Decreto-lei nº 25 que criou o Serviço de Proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual Iphan), um instituto de tombamento, pelo qual os bens eleitos como patrimônios históricos e artísticos são inscritos em livros de tombos, categorizados como Arqueológicos, Etnográfico e Paisagístico. O Iphan foi o pioneiro na proteção da arquitetura moderna, tendo ele relacionado a arte e a tradição de um grupo de modernistas ao conceito de patrimônio (PEREIRA, 2011).

O processo de tombamento de um bem deve sempre pressupor a participação da comunidade. No entanto, pelo fato da arquitetura moderna estar pouco presente nos centros urbanos, tendo uma nítida presença em subúrbios, áreas periféricas e até mesmo em áreas rurais, o Brasil apesar do nítido favoritismo em defender o tombamento de edifícios modernos, como por exemplo, a o recente reconhecimento histórico da Igreja de Pampulha, em Minas Gerais e o Ministério de Educação e Saúde (MES), no Rio de Janeiro, enfrenta várias peculiaridades para considerar a renovação da arquitetura um patrimônio protegido.

Esses tombamentos ditos “preventivos”, passaram a não ter uma continuidade, deixando esses de terem sua característica principal, a preservação do patrimônio; vindo várias construções modernas a serem demolidas antes mesmo de terem sido reconhecidas como patrimônio histórico e conseqüentemente tombadas (OKSMAN, 2011).

Os europeus tiveram grande influência para os modernistas brasileiros, porém eles procuravam sempre valorizar a arte nacional, de maneira a despendar da influência passada, a qual se tornara antiquada diante das diferentes civilizações modernas. No século XX os arquitetos modernistas passaram por diversas discussões na tentativa de buscar a melhor maneira de se preservar a arquitetura moderna, visto que suas ideias e seus pensamentos foram repudiados por aqueles que defendiam o estilo do período colonial. Assim, mesmo diante de todas as críticas sofridas, o período chamado de heróico, sendo seu precursor Rodrigo Melo Franco de Andrade, teve um valoroso reconhecimento histórico, onde aconteceu a não imitação de estilos antigos, ganhando a simplicidade de formas através da

construção de estruturas metálicas ou concreto, levando à otimização dos recursos tecnológicos na construção de moradias para os trabalhadores, através de uma produção produzir mais econômica e em uma larga escala, cujos militantes do movimento arquitetônico moderno pregavam (CHUVA, 2011).

Não se pode contestar o quanto o Movimento Internacional Arquitetônico teve sua importância, pois, mesmo as suas atuações sendo limitadas ao poder autoritário do Estado Novo, através da resumida e controlada participação da sociedade e pelas dificuldades administrativas do IPHAN, o movimento conseguiu proporcionar o tombamento de mais de setecentos bens, reconhecendo-os como uma enorme quantidade de patrimônio histórico modernista.

A preservação do patrimônio cultural moderno, utilizando-se um olhar histórico, se observa um grande e doloroso caminho, por causa da dificuldade de se identificar qualidades que fossem necessárias para serem preservados ou serem transmitidos para o futuro. O movimento moderno tinha como objetivo o atendimento de novas e crescentes demandas da sociedade, advindos do grandioso desenvolvimento industrial e do extenso processo de urbanização, mas diversas reformas foram executadas à época, o que descaracterizou o patrimônio histórico, justificando-se pela propriedade de uso, mostrando que a sociedade e o Estado naquele tempo consideravam outras necessidades.

A partir desse debate, houve uma grande evolução no sentido de se estabelecer determinadas normas para as intervenções em edifícios. Tais normas e recomendações foram redigidas e serviam de orientação para as intervenções no âmbito da arquitetura, independente de estilos ou escolas, sendo inclusa a arquitetura moderna e demais projetos arquitetônicos do século XX. Assim, a arquitetura moderna do Brasil foi nacional e internacionalmente reconhecida por causa de seus projetos e trabalho intensos, onde o principal objetivo a ser buscado era a preservação do patrimônio histórico moderno.

A arquitetura moderna nasceu a partir de uma era bem marcada pelo desenvolvimento acelerado da ciência, das novas democracias, da produção de massa, da industrialização e do crescimento das cidades, surgindo assim novos meios de transporte, de demandas e de tipos de edifícios. Depois de estabelecer seu programa e suas formas essenciais na década de 1920, a arquitetura moderna foi remanejada para regiões que não eram consideradas urbanas, portanto, longe de um processo de reforma social, o que a levou a se adaptar a diversos programas,

culturas e lugares. Os aspectos universalizantes pertencentes a si passaram a interagir com heranças históricas, práticas vernaculares de construção e continuidades clássicas. Essa diversidade é atualmente considerada como uma importante herança cultural do século XX (MAXWELL, 1998).

De acordo com Jokilehto (2003, p. 109):

Não é um estilo, mas uma abordagem cultural que penetrou todas as regiões do mundo e é expressa em uma variedade de formas. É esta pluralidade de expressões que representa nossas culturas contemporâneas e que forma nosso patrimônio recente.

Vale salientar que o patrimônio cultural de um estado dependerá da compreensão mútua de toda a sociedade, porém essa ainda não conseguiu consolidar a ideia de que a arquitetura moderna se trata de um produto cultural e que deve a todo custo ser protegido. Diversos edifícios mais modernos se encontram sob o risco de serem descaracterizados ou passivos de demolição, além do fato de alguns nem mesmo terem seus valores reconhecidos pela sociedade, como adverte Longstreth (1995, p. 16): “nós não podemos nos dar ao luxo de perder coisas que nós nem conhecemos bem ainda” Portanto, uma ação rápida e eficaz faz-se necessária, pois edifícios modernos podem se tornar bens culturais.

Na atualidade, muitas cidades são compostas por modernos edifícios, mesmo que a maioria deles não seja considerada obra de arte. Eles constituem um grande estoque construído que detém um papel importante no cotidiano de nossas sociedades. A arquitetura, em todos os períodos da história, teve que entrar em confronto com complexas demandas, especialmente em relação às críticas surgidas do movimento moderno, principalmente entre as décadas de 1960 e 1970. Os modernistas se viram na obrigação de deixar de lado as soluções consideradas inovadoras e ousadas, seja em termos urbanísticos como arquitetônicos, os quais nem sempre foram bem-sucedidos (MOREIRA, 2011).

Ser moderno é encontrar-se em um ambiente que nos promete aventura, poder, alegria, autotransformação e transformação das coisas em redor – mas, que ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo que sabemos, tudo que somos (BERMAN, 1987, p. 15).

A conservação da arquitetura moderna se faz necessária, pois por meio da herança que foi adquirida no século XX, atualmente a relação da arquitetura moderna diante da sociedade deveria estar mais amadurecida. Nos últimos quinze anos foi possível perceber diversos casos de intervenções e restaurações de

edifícios modernos. Alguns desses processos foram considerados bem-sucedidos, outros, porém, causaram o comprometimento irreversível no valor dos bens. A conservação da arquitetura moderna deve se diferenciar da conservação de obras de um passado distante, mesmo sendo necessária a criação de uma nova teoria para lidar com ela.

Chama-se a atenção ao fato de que não se pode deixar de reconhecer que a conservação é um desafio que merece uma análise bem cuidadosa. Conforme McDonald e Prudon (1996), autores destacados sobre o tema, os desafios da conservação da arquitetura moderna são:

- a) **Funcionalidade:** Para estar sempre em uso, um edifício necessita ser submetido a mudanças contínuas durante sua vida, caso contrário, pode se tornar inutilizável e, em longo prazo, uma ruína.

Até por volta do século XIX, as mudanças dos programas de edifícios andavam a passos lentos e em boa parte deles, especialmente nas áreas centrais da Europa, foram modificados continuamente. Depois da Revolução Industrial, as transformações passaram a serem mais rápidas por causa das novas demandas de espaços e funcionais, como também das inovações tecnológicas. Mesmo se um edifício mantém o seu uso, a maneira de condução desses usos pode sofrer grandes alterações.

A forma como as pessoas utilizam os edifícios comerciais, por exemplo, é completamente diferente de vinte anos atrás. Por causa da crescente especialização, os edifícios modernos se tornam particularmente vulneráveis a transformações diversas (PRUDON, 1996).

Quando um edifício se torna conhecido como patrimônio cultural, essa mudança deveria acontecer naturalmente, merecendo uma atenção especializada, ou seja, não era para ser simplesmente uma reforma ou uma modernização, mas algo que fizesse parte de uma operação de conservação.

A arquitetura atual não pode ser comparada com a do passado, visto ser necessário fazer uma adaptação às mudanças da época de maneira a não descaracterizar a sua modernidade, preservando seu histórico. Assim, a maioria dos edifícios mais modernos tem a instalação de seus painéis de concreto revestidos com camadas de isolamento térmico e as janelas, que antes eram de madeira ou ferro, foram substituídas por

alumínio ou PVC, ações que descaracterizam e comprometem a autenticidade dos mesmos.

Outra característica encontrada nos edifícios mais modernos é sua flexibilidade, visto que eles podem ser menos flexíveis que os seus antecessores no que se refere à acomodação de mudanças, porém, esse fato não pode ser usado como premissa para deixar esses edifícios destruídos ou transformados de forma irremediável. Através da inventividade e da atenção às teorias de conservação, eles podem ser adaptados a novas funções e reutilização.

- b) **Materiais:** A dimensão material dos edifícios modernos criou certas dificuldades para a sua conservação. Métodos e materiais tradicionais não foram abandonados, mas utilizados de novas maneiras ou em combinação com novas tendências.

Fazer a modificação da maneira em que esses materiais foram utilizados poderá acarretar em diversos problemas de difícil solução. Como exemplo, a pedra, que sempre foi utilizada como material de construção, ao ser usada como revestimento em edifícios considerados modernos, causa nela uma reação adversa, visto que as placas finas de pedra reagem de maneira parecidas como as peças de metal que as conectam, causando oxidação ou outras reações adversas.

Outro fator a ser observado remete à falta de um consenso em relação ao desempenho de novos materiais utilizados nas construções em longo prazo. O concreto se encontra no meio desse desentendimento, visto que, quando este é exposto à umidade, surge um natural processo denominado de carbonatação, o qual acontece por meio da reação entre os compostos alcalinos nele presente e o gás carbônico existente no ar, ou quando o concreto tem porosidade, apresentando fissuras e trincas, as quais permitem que a água, o oxigênio e o gás carbônico penetrem na estrutura, deteriorando-o até atingirem a armadura, fazendo com que ela sofra corrosão. Outro fator que tem colocado diversas estruturas em risco é a penetração de cloretos, pois quando estes atingem a armadura, toda estrutura poderá sofrer corrosão, danificando-a por completo (MOREIRA, 2011).

Desde o pós-guerra e a década de 1970, a utilização de concreto exposto tornou-se comum, o que contribuiu para o processo gradativo. Nas regiões tipicamente tropicais, a umidade fez aparecer manchas nas superfícies, o que levou usuários e proprietários a fazerem revestimentos cerâmicos ou colocarem pastilhas, procedimento que, conseqüentemente, cobriu o defeito, afetando categoricamente na autenticidade do material.

Outro fator importante remete às falhas na construção ocasionadas pela mão de obra sem qualificação, além das restrições orçamentárias e a falta de conhecimento quanto ao comportamento e o envelhecimento dos materiais. A Igreja de São Francisco, no Bairro da Pampulha, em Belo Horizonte é um dos exemplos. Projetada por Oscar Niemeyer, em seu projeto original continha uma previsão de três juntas de dilatação na abóbada principal de concreto, só que os executores da obra optaram por colocar apenas duas, e ainda forma das especificações determinadas. Como resultado, as pastilhas passaram a se descolarem após alguns anos de sua construção, sendo necessários vários reparos até conseguirem resolver o problema em sua última restauração ocorrida em 2004 (MOREIRA, 2011).

É necessário que a intervenção do material respeite sua autenticidade. Porém, não se deve superestimar o valor dos materiais, visto que, como já foi diagnosticado por diversos autores, os materiais por si só não conseguem definir a essência da arquitetura, mas o jeito com que foram utilizados, bem como o espaço criados por eles. Não se trata aqui de uma permissão para que se considerem as diferentes intervenções sofridas pela obra a fim de voltar a uma condição imaculada e ideal, mas para fazer um alerta quando ao conceito de autenticidade que deve ser ampliado para incluir espaço e intenção do projeto (ALLAN, 1996; SAINT, 1996; DE JONGE, 1998).

- c) **Sistemas infraestruturais:** Esses sistemas (aquecimento, resfriamento, água, eletricidade, redes de comunicação) assistiram a um enorme avanço nestas últimas décadas e são cada vez mais importantes no edifício contemporâneo. Muitas vezes, essas infraestruturas precisam ser

substituídas para que o edifício possa continuar a ser utilizado, pois as partes metálicas sofrem erosão e corrosão.

Em linhas gerais, os sistemas são modificados ou trocados por inteiro, dificilmente sendo conservados, o que gera diversos problemas para a preservação de um edifício, o qual possui uma vida útil bem mais longa do que o próprio sistema o que o rege. Geralmente, o prazo vital de um sistema dura aproximadamente 30 anos e, quando um edifício adquire significância para a sociedade, nasce um problema, pois esse edifício precisará de uma renovação para esses sistemas a fim de se manter em uso e, no momento em que se inserem novos sistemas, as suas características poderão ser significativamente alteradas (PARKES, 2001). Necessário se faz, portanto, aceitar que é preciso mudar a visão relativa às estruturas e executar um trabalho cuidadoso de adequação dessas novas estruturas.

- d) **Falta de manutenção:** A concepção de que os edifícios modernos não precisavam de manutenção foi outro elemento que contribuiu negativamente para a sua conservação.

A arquitetura modernista, através da visão de que os novos materiais e as técnicas como alumínio, aço inoxidável e concreto armado são excelentes aflorou o pensamento de que tais materiais seriam eternamente duráveis. Essa insistência afetou drasticamente as atividades de manutenção em muitos prédios, trazendo problemas em suas estruturas, especialmente aqueles modernos e com mais altitudes.

O investimento em uma manutenção preventiva em longo prazo é considerado como a melhor estratégia para qualquer bem que se pretenda preservar, independente do seu período de construção. Segundo Moreira (2011), na América Latina ainda é bem comum restaurar um edifício somente quando ele atinge níveis críticos de deterioração, o que acarreta restaurações a cada vinte ou trinta anos, gerando, na maioria das vezes, profundas alterações na estrutura desses edifícios. Para o autor, é necessário criar sistemas de inspeção e manutenção que consigam substituir os trabalhos restaurativos, além de um sistema de gestão que tenha como objetivo a conservação e a sustentabilidade do bem no longo prazo.

Tem acontecido nos últimos anos um considerável aumento de tombamentos de edifícios modernos, tanto no âmbito municipal quanto estadual.

Essa ação acontece no Brasil, geralmente, pela constatação da necessidade de trabalho de manutenção e atualização destes edifícios. Caso não se realizem tais tombamentos, poderiam ocorrer perdas irrecuperáveis para o patrimônio histórico moderno brasileiro, como bem frisa Oksman:

A memória, o resgate da identidade, o sentimento de pertencimento a um local entre outros invariavelmente estão vinculadas a imagem construída pela população de um determinado conjunto urbano ou edifício. Algumas reconstruções buscam a imagem de áreas urbanas destruídas ou de edifícios restabeleçam o espaço e a imagem sedimentada na memória da sociedade (OKSMAN, 2011, p. 52).

A arquitetura moderna é considerada um patrimônio, possuindo valor artístico e histórico e por isso o tombamento se torna a concretização desses valores. Defende-se que três princípios foram utilizados por arquitetos a fim de tornar a abstração um item de valor histórico, tornando os projetos uma arquitetura moderna. O primeiro princípio está na utilização de materiais diferenciados como o aço e o concreto, além de texturas de reentrâncias e saliências, as quais são aplicadas nas edificações, sendo vistas de forma recorrente em obras brasileiras do período moderno. O segundo é a composição por formas geométricas básicas, o que apresenta uma visão diferenciada da obra. O terceiro trata-se da junção entre os dois primeiros princípios, aliados a uma nova maneira de unir texturas, materiais e formas, caracterizando assim como uma das maiores bases da arquitetura moderna (ORTEGA; GASSET, 2008).

Vale salientar que o conceito de valor histórico ultrapassa o de valor artístico já que qualquer monumento de arte e de arquitetura é concomitantemente um monumento histórico, estando o valor artístico relacionado a crenças e valores da época em que as obras foram construídas.

Para Rodrigues (2017, p. 3), a arquitetura moderna, com o passar do tempo, vem sofrendo ameaças e perdas em seu cenário, visto que desde 1980 se reforçaram os atos para sua preservação:

Com a maturidade das reflexões sobre a preservação do patrimônio cultural sucedeu no passar do século XX, e propaga a conjuntura cultural no qual o Movimento Moderno surgiu e se desenvolveu. A inquietude entre continuidade e progresso, entre conservação e modernização, chegou a situações preocupantes, nesse período, colaborando para a formulação das ferramentas de transmissão da herança de épocas passadas para o futuro. (RODRIGUES, 2017, p. 3).

O estudo dos métodos de tombamento aponta para o amadurecimento das questões que se referem à preservação de bens culturais de um país, já que o

primeiro tombamento de uma edificação aconteceu oficialmente em 1947, depois de dez anos da criação da instituição de preservação do patrimônio histórico, época em que se demonstrava a imaturidade da sociedade a respeito da preservação cultural de um patrimônio.

Por causa das dificuldades enfrentadas relativas à conscientização quanto à importância e essencialidade da preservação patrimonial histórica da arquitetura moderna, foram elaboradas normas a fim de incentivar estudos técnicos os quais passaram a ser mais rígidos.

No ano de 1988, criou-se em Eindhoven, na Holanda, o Comité Internacional para a Documentação e Preservação de Edifícios, Sítios e Unidades de Vizinhanças do Movimento Moderno (*International Working Party for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement - DOCOMOMO*). Era uma organização não-governamental e que sua representatividade atualmente está presente em mais de 60 países, sendo composta por membros que atuam em diversas áreas de conhecimento, tais como arquitetos, paisagistas, engenheiros, urbanistas, historiadores e outros, e o principal objetivo da instituição é salvaguardar e trocar ideais a respeito das tecnologias de conservação, educação, história e resgate do interesse por esses ideais, pela herança do movimento moderno e por sua documentação, tendo como base a preservação de importantes obras do Movimento Moderno em âmbito internacional (SMITH E FREITAS, 2008).

As reuniões do DOCOMOMO sempre eram realizadas visando esclarecer dúvidas que se apresentassem a respeito das arquiteturas modernas brasileiras, esclarecendo-se a respeito do que, como e quando preservar.

Goodwin foi um dos primeiros estudiosos que demonstrou interesse nos exemplares mais importantes da arquitetura moderna brasileira. A utilização do concreto, a visão bela do território, as ferramentas de controle do clima, a conjugação entre proposta técnica e o vínculo com a tradição se tornaram os principais temas mais significativos considerados por ele para a arquitetura moderna (GOODWIN, 1943).

Habermas (1987) explica que a arquitetura moderna é o primeiro estilo capaz de unificar, desde o classicismo, sendo o único movimento de arquitetura a emergir do espírito da vanguarda. O autor foi bem rigoroso na criação de seus próprios modelos, estabelecendo os fundamentos de uma nova tradição que

transpassou todas as barreiras nacionais, denominando-se estilo internacional. A força do movimento moderno está residente no seu discurso social. Ele foi revolucionário quando se libertou dos estilos, símbolos e signos das elites - o ecletismo burguês - e estabeleceu uma nova estética, baseada nas demandas populares por habitação, escola e hospitais, e inspirada na racionalidade industrial (HABERMAS 1987).

Para Malard (2003), o movimento moderno conseguiu somar a dimensão funcional com a tecnológica, além de retirar de tal soma um novo código estético, com uma harmonia constante com a subjetividade que despontava no século XX. Suas formas foram tiradas das bases materiais e dos problemas apresentados no meio social, tornando-se uma das empreitadas mais bem-sucedidas da arquitetura ocidental, demonstrando uma grande dificuldade de ultrapassá-lo, o que obriga a todos a conhecer suas lições.

5. PANORAMA DOS EDIFÍCIOS MODERNOS NO CENTRO DO RECIFE

O panorama, segundo Vieira, Oliveira e Souza (2012), se destacada como um importante instrumento de reconhecimento da diversidade cultural. Tal instrumento consiste em uma etapa preliminar, mas fundamental, para o pleno conhecimento e consequente preservação de um bem cultural.

O panorama busca preservar as características externas de conjuntos ou edificações consideradas de interesse sócio-cultural para a preservação de espaços referenciais de memória coletiva, estruturadoras da paisagem e da ambiência urbana e rural do Município. O Inventário é a primeira ação a ser tomada para a preservação dos bens culturais na medida em que impede legalmente a sua destruição. A preservação somente torna-se visível para todos quando um bem cultural se encontra em bom estado de conservação, propiciando sua plena utilização (EPAHC, s.d, p.1).

A Carta de Atenas (1930) faz referência ao inventário dos monumentos, dotando de todas as informações para criação de um documento de cunho internacional. A Carta de Veneza (1964), que enfatiza as etapas dos trabalhos de restauração, conservação e arqueologia, com seus respectivos relatórios analíticos e críticos dos monumentos, demonstra a importância de elaborar e publicar a documentação resultante do processo de restauro, inclusive o inventário, enquanto etapa preliminar.

Já em 1976, a recomendação de Nairóbi fala da importância e complexidade do inventário, levando em consideração não só o bem cultural, mas também o contexto em que esse bem se encontra.

Sendo assim, no contexto apresentado neste trabalho, considerando que inventariar consiste em registrar todas as informações pertinentes ao bem que se pretende preservar, foi realizado um inventário dos edifícios modernistas para buscar um melhor entendimento de como se iniciou a adoção da arquitetura moderna nos edifícios verticais dos bairros de Santo Antônio e Boa Vista, no Recife-PE, e, principalmente, quais as suas particularidades arquitetônicas predominantes.

Os dados foram concentrados em uma tabela para cada bairro (que se encontra no apêndice), as quais possuem informações como:

- Nome do bairro;
- Nome do edifício;
- Local (rua ou avenida);
- Autoria do projeto;
- Ano de construção;
- Tipo de locação (geminado ou isolado);

- Quantidade de pavimentos;
- Fachada livre;
- Cobogó;
- Brises;
- Tipo de janelas (em fita ou isoladas);
- Tipo empena (cega parcial ou total);
- Pilotis (parcial ou total);
- Marquise;
- Finalidade do edifício, se é de habitação, empresarial, instituição ou misto.

Em muitos casos não foi possível a obtenção dos nomes dos autores dos projetos devido à escassez dessas informações no material consultado.

Com o levantamento dos edifícios modernistas no bairro de Santo Antônio e Boa Vista, pode-se compreender algumas informações. O primeiro bairro analisado foi o de Santo Antônio, com trinta e oito edifícios modernistas. Em termos quantitativos, no (quadro de quantitativos gerais 01), podemos observar que 71,05% dos edifícios são geminados (possui alguma fachada lateral contígua a outro edifício). O número de pavimentos mínimo é de quatro e o máximo de dezenove. Também foi observado que 71,05% dos edifícios não possuem janela em fita, um número relativamente alto para os edifícios modernistas, pois este tipo de janela é um dos cinco pilares da arquitetura moderna internacional. Porém, em contrapartida, 50% dos edifícios possuem empena cega (fachada lateral lisa, sem nenhuma abertura), que era uma característica marcante dos edifícios modernos, a exemplo do edifício do Ministério da Educação do Rio de Janeiro. Quanto ao uso, 65,79% são de uso misto (na parte superior residência e na área térrea comércio), como se tornou comum em muitas cidades brasileiras.

Quadro de quantitativos gerais 01

Total de edifícios:		Qtd.	%
		38	100,00%
Locação	Isolado	11	28,95%
	Geminado	27	71,05%
Pavimento	Mínimo	4	-
	Máximo	19	-
Fachada Livre	-	8	21,05%
Cobogó	-	3	7,89%
Brise	-	12	31,58%
Revestimento	Azulejo	2	5,26%

	Pastilhas	13	34,21%
Janelas	Fita	9	23,68%
	Isoladas	27	71,05%
Empena cega	Total	19	50,00%
	Parcial	9	23,68%
Pilotis	Total	1	2,63%
	Parcial	12	31,58%
Marquise	-	18	47,37%
Uso	Hab.	0	0,00%
	Empr.	3	7,89%
	Instit.	5	13,16%
	Misto	25	65,79%

No bairro da Boa Vista, com quarenta edifícios verticais modernistas, podemos identificar (quadro de quantitativos gerais 02) que 65% dos edifícios são isolados no lote, com no mínimo sete pavimentos e máximo de vinte e um. Além dessas observações, também foi analisado que 90% dos edifícios não possuem janela em fita. 45% dos edifícios possuem o pavimento térreo parcialmente em pilotis. Quanto ao uso, 77,5% consistem em edificações de uso misto. Quanto às empenas cegas, apenas 42,50% dos prédios a possuem.

Quadro de quantitativos gerais 02

Total de edifícios:		Qtd.	%
		40	100,00%
Locação	Isolado	26	65,00%
	Geminado	14	35,00%
Pavimento	Mínimo	7	-
	Máximo	21	-
Fachada livre	-	22	55,00%
Cobogó	-	9	22,50%
Brise	-	9	22,50%
Revestimento	Azulejo	4	10,00%
	Pastilhas	12	30,00%
Janelas	Fita	4	10,00%
	Isoladas	36	90,00%
Empena cega	Total	17	42,50%
	Parcial	7	17,50%
Pilotis	Total	0	0,00%
	Parcial	18	45,00%
Marquise	-	20	50,00%
Uso	Hab.	6	15,00%
	Empr.	2	5,00%
	Instit.	2	5,00%
	Misto	30	75,00%

O inventário dos edifícios verticais modernistas dos bairros de Santo Antônio e Boa Vista serviu para demonstrar que esses edifícios não seguiram por completo os pontos-chaves da arquitetura moderna. Como podemos analisar, nenhum edifício nos bairros inventariados possui pilotis total e teto-jardim, duas características importantes para a arquitetura moderna internacional. É relevante comentar que na arquitetura moderna do Recife era muito comum ter nas fachadas os cobogós e revestimentos como pastilhas e azulejo (todos os três são considerados elementos regionais), por exemplo os edifícios projetados por Delfim Amorim (Figura 21), porém, com a análise do inventário, foi possível observar que a maioria dos edifícios não possuem esses revestimentos nas fachadas, além disso também foi possível observar a existência de esquadrias com venezianas, próprias para a captação de ventilação natural.

Figura 21. Edifício Barão do Rio Branco (1965-69).



Fonte: (GUIA DA ARQUITETURA MODERNA NO RECIFE, 2016).

Por fim, as tabelas completas e detalhadas de cada bairro encontram-se no apêndice do presente trabalho.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa proposta teve o intuito de contribuir para a preservação dos edifícios modernos do Recife-PE, por meio da elaboração de um panorama das edificações verticais modernistas existentes nos bairros de Santo Antônio e Boa Vista, com elucidação das particularidades arquitetônicas de tais obras, de modo a apresentar um conhecimento mais específico acerca da produção modernista naquelas localidades.

As transformações urbanas pelas quais o Recife passou ao longo do século XX foram resultado de referências predominantemente europeias, mais fortemente da França, como a adoção do estilo Art Déco em diversos pontos da cidade e, posteriormente, o Modernismo, a exemplo de edifícios existentes na Avenida Conde da Boa Vista projetados por Delfim Amorim, entre outros.

O Recife foi importante palco de expressão da arquitetura moderna brasileira, tendo os arquitetos Luiz Nunes, Heitor Maia Neto, Acácio Gil Borsoi e Delfim Amorim, entre outros, como os mais influentes.

A habilidade projetual e criativa de tais arquitetos resultou na expressão de ideias modernistas com aspectos locais, a exemplo de fachadas revestidas com azulejos ou pastilhas cerâmicas, o que diferenciou, em certa medida, as edificações construídas no Recife em relação ao denominado Estilo Internacional, o qual tinha como uma das premissas a janela em fita, sendo esta não tão utilizada nas obras estudadas no presente trabalho.

Conclui-se, portanto, que os edifícios verticais construídos no centro do Recife serviram ao propósito do adensamento populacional, mas também ao que se compreendia como progresso social na época em que foram construídos, cuja linguagem arquitetônica estava em consonância com o vocabulário básico da Arquitetura Moderna.

REFERÊNCIAS

ALLAN, John. **Conservation of modern buildings: a practitioner's view**. In: MACDONALD, Susan (Ed.). **Modern matters: principles and practice of conserving recent architecture**. Shaftesbury: Donhead, 1996. p. 123-128

AGÊNCIA MINAS GERAIS. **Conep tomba a antiga sede do Banco Mineiro da Produção, na Praça 7**. Maio, 2016. Disponível em: <<http://agenciaminas.mg.gov.br/noticia/conep-tomba-a-antiga-sede-do-banco-mineiro-da-producao-na-praca-7>>. Acesso em: 19 mar. 2018.

ARQBH. **Edifício Mape**. 2007. Disponível em: <<http://www.arqbh.com.br/2007/04/edificio-mape.html>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

ARTIGAS, J. B. V. **Caminhos da arquitetura**. 4. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

BERMAN, M. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Cia das Letras, 1986.

BORGES, Marília Santana. **Quartirão sucesso da cidade: o Art Déco e as transformações arquitetônicas na fortaleza de 1930 e 1940**. São Paulo, 2006. Disponível em: <[file:///C:/Users/anaga/Downloads/Monografia/Quartearao_sucesso_cidade%20\(segawa%20-%201997\).pdf](file:///C:/Users/anaga/Downloads/Monografia/Quartearao_sucesso_cidade%20(segawa%20-%201997).pdf)>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRASIL. **Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 19 set. 2018.

BRETAS, Valéria. **SP 462 anos: como a cara da cidade mudou ao longo do tempo**. Exame, set. 2016. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/brasil/sp-462-anos-como-a-cara-da-cidade-mudou-ao-longo-do-tempo/>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

CAVALCANTI, Lauro. **Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura**. (1930-60). Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 2006.

CARVALHO, Claudia S. Rodrigues. **Preservação da arquitetura moderna: edifícios de escritórios cariocas**. 1º Simpósio Científico ICOMOS Brasil Belo Horizonte, de 10 a 13 de maio de 2017. Disponível em: <<https://even3storage.blob.core.windows.net/anais/59628.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

CARVALHO, Taisa; Amaral Luís. **Os inventários como instrumentos de preservação: da identificação ao reconhecimento**. Brasília, 2011. <http://docomomo.org.br/wp-content/uploads/2016/01/048_M11_RM-OsInventariosComoInstrumentos-ART_taisa_carvalho.pdf> Acesso em: 08 mar. 2018.

CHICACOLOGY. **Home Insurance Building**. 2017. Disponível em: <<https://chicacology.com/goldenage/goldenage076/>>. Acesso em: 20 mar. 2018.

COPACABANA. **Fotos clássicas de Copacabana anos 1960 a 1990**. 2018. Disponível em: <<http://copacabana.com/fotos-classicas-1960-1990/>>. Acesso em: 22 set. 2018.

Amorim, Delfim. **Delfim Amorim: Arquiteto**. 1. ed. Recife: Instituto de Arquitetos do Brasil, 1991.

EPAHC. **Inventário: o que você precisa saber**. s.d. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smc/usu_doc/inventario.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2018.

FREYRE, Gilberto. **China tropical, e outros escritos sobre a influência do Oriente na cultura lusobrasileira**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003. Guia prático, histórico e sentimental da cidade do Recife. 5. ed. São Paulo: Global, 2007.

GASPAR, Lúcia. **Louis Lèger Vauthier**: pesquisa escolar online. Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2003. Disponível em: <<http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/>>. Acesso em: 25 jul. 2018.

GOODWIN, Philip. **Brazil Builds. Architecture new and old 1652-1942**. New York, Modern Art Museum, 1943

GOOGLE. **Pesquisa edifício Igarassu**. 2018. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Patio+N+Sra+do+Carmo/@-8.0666315,-34.8785552,51a,35y,325.15h,79.25t/data=!3m1!1e3!4m8!1m2!2m1!1sp%C3%A1tio+do+Carmo!3m4!1s0x7ab18b751287c25:0xc233676a6680a144!8m2!3d-8.065918!4d-34.879391>>. Acesso em: 15 maio 2018.

GONÇALVES, Joana C. S.. **A sustentabilidade de edifícios altos: uma nova geração de edifícios altos e sua inserção urbana**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo, Estruturas Ambientais Urbanas) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

HABERMAS, J. **Arquitetura Moderna e Pós Moderna in Dossier Habermas**. Revista Novos Estudos CEBRAP, setembro 1987.

JOKILEHTO, Jukka. **Continuity and change in recent heritage**. In: OERS, R.V.; HARAGUCHI, S. (Ed.). World Heritage papers, 5 Identification and documentation of modern heritage. Paris: UNESCO/WHC, 2003. p. 101-109.

JORNAL DO COMMERCIO. **O Recife a caminho da modernidade**. 2018. Disponível em: <<http://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/recifeemtransformacao/o-recife-a-caminho-da-modernidade/>>. Acesso em: 15 dez. 2018.

KÜHL, Beatriz. **Restauração**: Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. 3. ed. Editorial, São Paulo: Ateliê, 2000.

LAPA, Tomás de Albuquerque. **Grandes cidades constroem-se com edifícios grandes?** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MACDONALD, Susan (Ed.). **Modern matters: principles and practice of conserving recent architecture**. Shaftesbury: Donhead, 1996

MAPIO. **Edifício Ibaté**. 2018a. Disponível em: <<https://mapio.net/place/10316476/>>. Acesso em: 13 abr. 2018.

MAPIO. **Reitoria da UFMG**. 2018b. Disponível em: <<https://mapio.net/pic/p-78368276/>>. Acesso em: 14 mar. 2018.

MARQUES, Sônia. A alma nacional: Barroca e ecleticamente moderna. Das eternas reinvenções de brasilidades. *In*: PESSÔA, José; Eduardo Vasconcelos; Elisabete Reis; Maria Lobo (Orgs.). **Moderno e nacional**. Niterói: EdUFF, 2006.

MARINS FILHO, Luis Almeida. **Responsabilidade social através da Fundação Luiz Almeida Marins Filho**. Antropologia Empresarial, 2013. Disponível em: <<https://www.anthropos.com.br/fundacao-luiz-almeida-marins-filho.html>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

MARINS, Paulo; ALVIM, Zuleika. **Céus como Fronteira – A Verticalização no Brasil**. São Paulo: Grifo, 2013.

MAXWELL, Robert. Preface. *In*: CUNNINGHAM, Allen (Ed.). **Modern movement heritage**. London: E&FN Spon, 1998.

MELENDO, José Manuel Almodóvar. **Da janela horizontal ao brise-soleil de Le Corbusier**: análise ambiental da solução proposta para o Ministério da Educação de Rio de Janeiro. Vitruvis, set. 2004. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.051/554/pt>>. Acesso em: 12 abr. 2018.

MIANA, Anna Christina. **Adensamento e forma urbana: inserção de parâmetros ambientais no processo de projeto**. Tese (Doutorado em área de Concentração: Tecnologia da Arquitetura) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MOREIRA, Fernando Diniz. **Os desafios postos pela conservação da arquitetura moderna**. São Paulo, 2011. Disponível em: <<file:///C:/Users/anaga/Downloads/15676-Texto%20do%20artigo-18658-1-10-20120518.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

NASLAVSKY, Guilah. **“Arquitetura moderna no Recife 1949-1972”**. Recife: E. da Rocha, 2012

NE10. **Natal Chandon agita cobertura do JK**. Dez. 2012. Disponível em: <<https://blogs.ne10.uol.com.br/social1/2012/12/11/natal-chandon-agita-cobertura-do-jk/>>. Acesso em: 23 maio 2018.

NUCCI, João Carlos. **O adensamento é a solução para grandes centros urbanos?** Fato e Opinião - Urbanismo, 2012. Disponível em: <<http://au17.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/225/adrtigo274562-1.aspx>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

OKSMAN, Silvio. **Preservação do patrimônio arquitetônico moderno**. A Fau de Vilanova Artigas. São Paulo. 2011. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/>>

disponiveis/16/16136/tde.../silvio_masterpress_23fev11.pdf>. Acesso em: 03 jul. 2018.

PARKES, Jeff. **Towards the fully integrated building: servicing post-war building**. In: MACDONALD, Susan (Ed.). *Preserving post-war heritage: the care and conservation of mid-twentieth century architecture*. London: Donhead, 2001. p. 41-47.

PEREIRA, Pablo. **Memória?** Dane-se a memória. Estadão, jun. 2010. Disponível em: <<https://sao-paulo.estadao.com.br/blogs/blog-da-garoa/memoria-dane-se-a-memoria/>>. Acesso em: 10 set. 2018.

PONTUAL, Virgínia Pitta *et al.* Um verniz de civilização: a sociedade recifense vista por Vauthier. **Urbana**, v. 4, n. 4, Mar, 2012.

PONTUAL, Virgínia; CAVALCANTI, Rafaela. **“Abertura da Avenida Dantas Barreto: a modernização do centro do Recife, 1930 - 1970”**. XXII Simpósio Nacional de História: história, acontecimento e narrativa UFPB - João Pessoa/2003. Disponível em: <<http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/anpuhnacional/S.22/ANPUH.S22.683.pdf>>. Acesso em: 27 maio. 2019.

RAMIREZ, Júlio César de Lima. 1997. **A verticalização de São Paulo e o Cinema: Uma nova dimensão nos estudos da cidade**. In: *Sociedade e Natureza*. Uberlândia, nº 9, pp.5-22, Jan/Jun.

REYNALDO, Amélia. **As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife**. Recife: Cepe, 2017.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva. 1978.

RODRIGUES, Claudia S. **Preservação da arquitetura moderna: edifícios de escritórios cariocas**. 2017. Disponível em: <<https://even3.blob.core.windows.net/anais/59628.pdf>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

SABOIA, Augusto. **Edifício Califórnia vive novo momento no Recife**. Maio, 2017. Disponível em: <<http://www.blogdasppps.com/2017/05/edificio-california-vive-novo-momento-no-recife.html>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Dimensões de análise da verticalização: exemplos da cidade média de Ponta Grossa/PR. **RHR Revista de História Regional**. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2094>>. Acesso em: 03 jun. 2018.

SANDES. Giovanni. **Governo Paulo Câmara vai leiloar 11 imóveis no famoso Edifício AIP, hoje abandonado no Centro Recife**. NE10 nov. 2016. Disponível em: <<https://jc.ne10.uol.com.br/blogs/pingafogo/2016/11/21/governo-paulo-camara-vai-leiloar-11-imoveis-no-famoso-edificio-aip-hoje-abandonado-no-recife/>>. Acesso em: 18 maio 2018.

SANTANA, Andresa; OLIVEIRA, Nadja Carolina. **De patrimônio edificado a patrimônio silenciado: “modernizações” no centro urbano do Recife.** IV Colóquio de História. UNICAP, 2010. Disponível em: <<http://www.unicap.br/coloiodehistoria/wp-content/uploads/2013/11/4Col-p.514.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2018.

SILVA, Sandro Vasconcelos da. **Quando o Recife sonhava em ser Paris: a mudança de hábitos das classes dominantes durante o século XIX.** sÆculum - Revista de História. João Pessoa. v. 25, jul./ dez. 2011.

SILVA, Luciana Helena da. **A verticalização do espaço urbano: o caso do bairro do Prado.** recife/pe. 2008. Disponível em: <https://www3.ufpe.br/posgeografia/images/dissertao_final_1.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2018.

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

SKISCRAPERCITY. **Fotos e postais antigos de Boa Viagem.** Abr. 2010. Disponível em: <<https://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1103073>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

SMITH, Roberta Lílian Bezerra; FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. **Estudo para a preservação da arquitetura moderna na cidade do Recife (1930 a 1960).** Bahia, 2008. Disponível em: <<file:///C:/Users/anaga/Downloads/DOCOMOMO.pdf>>. Acessado em: 20 mar. 2018.

STOSSEL, Sage. **A arquitetura de Louis Sullivan: uma galeria de fotos.** Fev. 2011. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/entertainment/archive/2011/02/the-architecture-of-louis-sullivan-a-photo-gallery/70108/#slide13>>. Acessado em: 20 mar. 2018.

TIBURI, Márcia; CASARA, Rubens. **Ódio à inteligência: sobre o anti-intelectualismo.** Out. 2016. Disponível em: <<http://franksvensson.blogspot.com/2016/>>. Acesso em: 29 maio 2018.

TRAJANO FILHO, Francisco Sales. Nestor de Figueiredo e o urbanismo das cidades do “norte”. **Urbana**, v. 5, n. 6, mar. 2013.

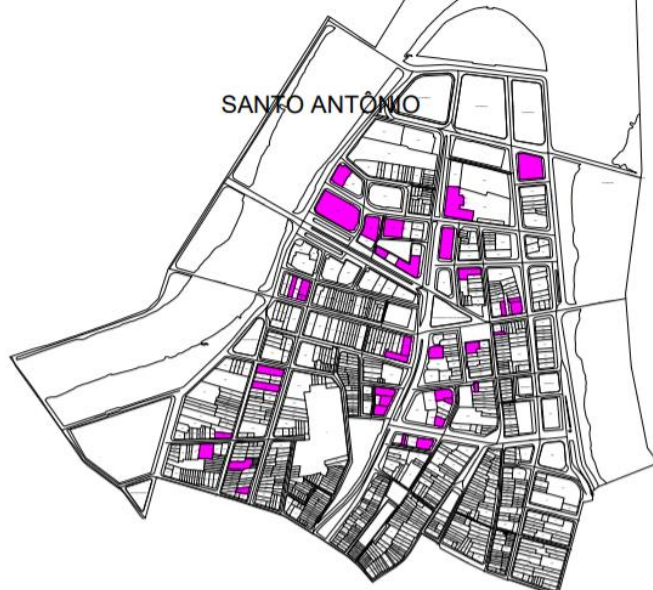
VAZ, L.F.; SEGRE, R. **A cidade do rio de Janeiro: entre o mar e as montanhas, em direção das alturas.** In: MARINS, P.C.G.; ALVIM, Z. Os céus como fronteiras: a verticalização no Brasil. São Paulo: Grifo, 2013. P 132.

VIEIRA, Glenda Salgado; OLIVEIRA, Isabela Moraes; SOUZA, Cristiane Feitosa Cordeiro. IPAC – **Inventário de proteção do acervo cultural: Os modelos da Bahia e Pernambuco nas décadas de 1970 e 198.** 2012. Disponível em: <<file:///C:/Users/anaga/Downloads/Monografia/Revista%20Tempo%20Histórico.pdf>>. Acesso em: 29 maio 2018.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. Dictionnaire Raisoné de l'Architecture Française du XI au XVI siècle. Paris: Librairies-Imprimeries Réunies, [s. d.]. 10 v. Restauração. São Paulo: Ateliê, 2000.

APÊNDICE A: Inventário dos edifícios modernistas do bairro de Santo Antônio, Recife/PE

54

Detalhe: BAIRRO SANTO
ANTÔNIO

Folha: 01/01

Escala: 1/10000

Desenho: Ana Gabriella Oliveira

Data: 31/05/2019

Revisão: R-00

Obs: Conferir cotas na obra

APÊNDICE B: Inventário dos edifícios modernistas do bairro de Santo Antônio, Recife/PE

55



Detalhe: **BAIRRO BOA
VISTA**

Desenho: Ana Gabriella Oliveira

Prancha: 01/01



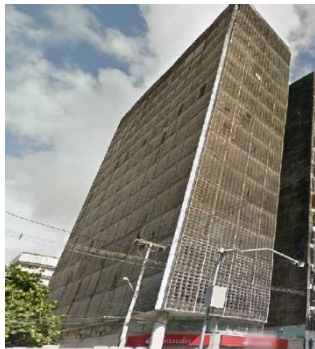

Data: 31/05/2019

Obs: Conferir cotas na obra

Escala: 1/10000

Revisão: R-00

APÊNDICE D: FIGURAS BAIRRO DE SANTO ANTÔNIO

<p>22. Figura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Edifício Juscelino Kubitschek (JK) • Endereço: Av. Dantas Barreto, 315 • Fonte: (NE10, 2012). 	
<p>23. Figura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Edf. Guararapes (antigo Edf. Bancipe) • Av. Dantas Barreto, 498 • Fonte: (TIBURI; CASARA, 2016). 	
<p>24. Figura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Edf. Tiradites - Banco Lavoura • Av. Dantas Barreto, 512 • Fonte: (Expo Imóvel, s.d.). 	
<p>25. Figura</p> <ul style="list-style-type: none"> • Edf. AIP • Av. Dantas Barreto, 576 • Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016). 	

<p>26. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Ed. Santo Antônio• Av. Dantas Barreto, 191• Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016).	 A photograph of the Ed. Santo Antônio, a modernist building with a distinctive facade of perforated concrete blocks. The building is multi-storied and features a grid-like pattern of windows and decorative elements. The ground floor has a recessed entrance area with columns.
<p>27. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Antonio Barbosa• Av. Dantas Barreto, 507• Fonte: (Google maps, 2019).	 A photograph of the Edf. Antonio Barbosa, a tall, modernist building with a curved facade. The building has a grid of windows and a prominent corner. A blue bus is visible in the foreground.
<p>28. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Inalmar• Av. Dantas Barreto, 564• Fonte: (Google maps, 2019).	 A photograph of the Edf. Inalmar, a tall, modernist building with a curved facade. The building has a grid of windows and a prominent corner. A bird sculpture is visible on the roof. A Google Maps watermark is present at the bottom.
<p>29. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Agencia dos Correios• Av. Guararapes, 250• Fonte: (Jornal do Commercio, 2015).	 A photograph of the Agencia dos Correios, a large, modernist building with a prominent yellow and blue facade. The building has a grid of windows and a prominent corner. A large logo is visible on the top right. Trees and a street with cars are in the foreground.

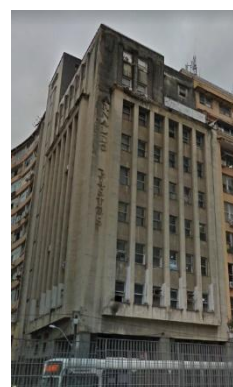
30. Figura

- Ed. Trianon e Cinema Trianon
- Av. Guararapes, s/n°
- Fonte: (Guia da arquitetura moderna no Recife, 2016).



31. Figura

- Edf Santo Albino
- Av. Guararapes, 86
- Fonte: (Google maps, 2019).



32. Figura

- Edf. s/n
- Av. Guararapes, 147
- Fonte: (Google maps, 2019).



33. Figura

- Edf. Cidade de Salvador
- R. da Concórdia, 153
- Fonte: (Google maps, 2019).



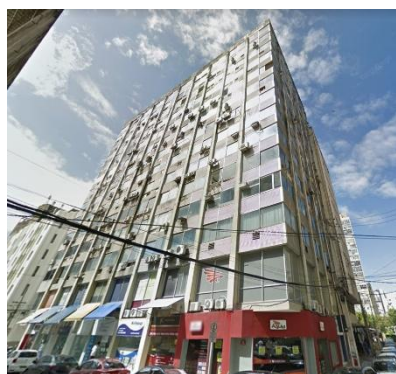
34. Figura

- Condomínio do Edifício Continental
- R. Cleto Campêlo, 44
- Fonte: (Google maps, 2019).



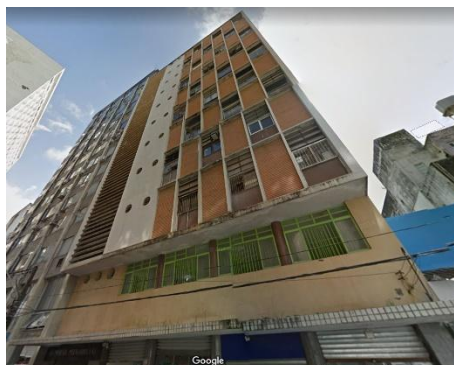
35. Figura

- Edf. Marques do Recife
- R. Engenheiro Ubaldo Gomes de Matos, 119
- Fonte: (Google maps, 2019).



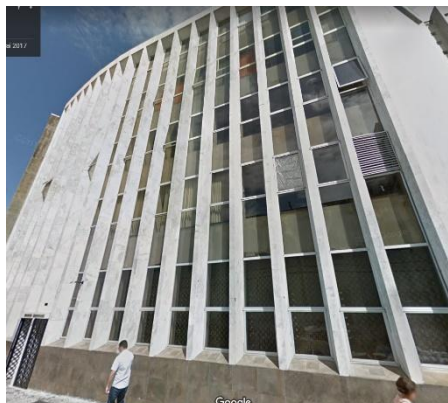
36. Figura

- Edf. Phenix Pernambucana
- R. Engenheiro Ubaldo Gomes de Matos, 115
- Fonte: (Google maps, 2019).



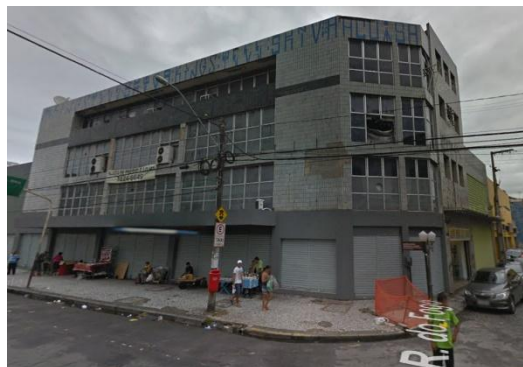
37. Figura

- Edf London Bank
- R. do Fogo, 22
- Fonte: (Google maps, 2019).



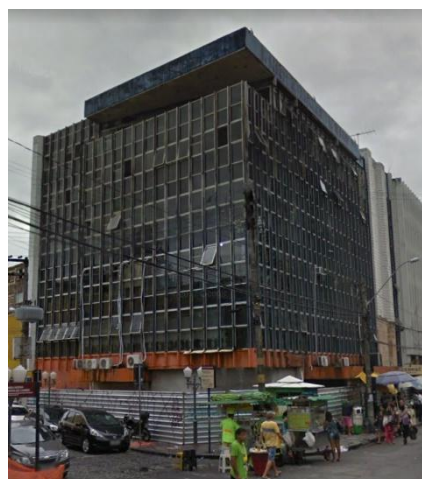
38. Figura

- Edf. s/n
- R. do Fogo, 99
- Fonte: (Google maps, 2019).



39. Figura

- Edf. Clube da Engenharia de PE
- R. do Fogo, 130
- Fonte: (Google maps, 2019).



40. Figura

- Edf. Senhorita Tecla
- R. Frei Caneca, 59
- Fonte: (Google maps, 2019).



41. Figura

- Edf. Imperador
- R. Imperador, 390
- Fonte: (Google maps, 2019).



42. Figura

- Edf. Armando Monteiro Filho
- R. do Imperador Pedro II, 307
- Fonte: (Google maps, 2019).



43. Figura

- Palácio da Fazenda (Secretaria da Fazenda do Estado de Pernambuco - SEFAZ-PE)
- R. Imperador Pedro II, s/n°
- Fonte: (Google maps, 2019).



44. Figura

- Edf. Ancora
- R. Matias de Albuquerque, 223
- Fonte: (Google maps, 2019).



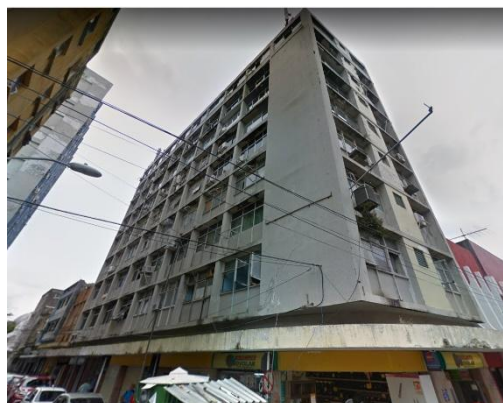
45. Figura

- Edf. Limoeiro
- R. Marques do Recife, 154
- Fonte: (Google maps, 2019).



46. Figura

- Condomínio Edifício Rainha
- R. Marquês do Herval, 150
- Fonte: (Google maps, 2019).



47. Figura

- Edf. Príncipe de Nassau
- R. Marquês do Herval, 167
- Fonte: (Google maps, 2019).



48. Figura

- Edf. s/n
- R. Nova, 362
- Fonte: (Google maps, 2019).



49. Figura

- Edf. Igarassu
- Praça Nossa Senhora do Carmo, 30
- Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016).



50. Figura

- Edf. s/n
- Praça Nossa Senhora do Carmo, 50
- Fonte: (Google maps, 2019).



51. Figura

- Edf. Brasília
- R. Siqueira Campos, 279
- Fonte: (Google maps, 2019).



52. Figura

- Edf. São Francisco
- R. Siqueira Campos, 160
- Fonte: (Google maps, 2019).



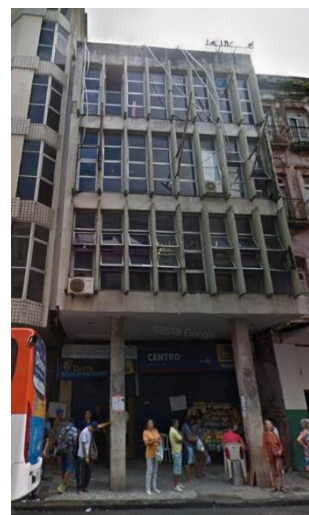
53. Figura

- Edf. Procuradoria Geral do Estado
- R. do Sol, 143
- Fonte: (Google maps, 2019).



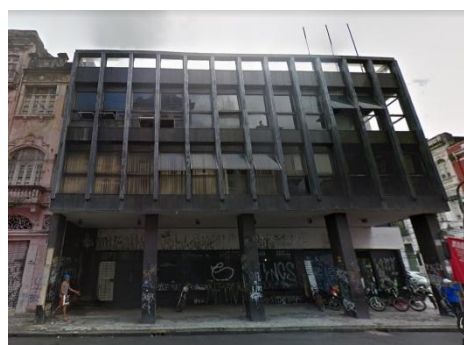
54. Figura

- Edf. Claudio da Rocha Paschoal
- R. 1º de Março, 90
- Fonte: (Google maps, 2019).



55. Figura

- Edf. s/n
- R. 1º de Março, 60
- Fonte: (Google maps, 2019).



APÊNDICE E: FIGURAS BAIRRO DA BOA VISTA

<p>56. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Santa Rita• Av. Conde da Boa Vista, 85• Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016).	 A tall, modern apartment building with a prominent vertical concrete column on its facade. The building features a mix of red brick and blue-tinted glass panels. The sky is clear and blue.
<p>57. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Pirapama• Av. Conde da Boa Vista, 250• Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016).	 A tall, modern apartment building with a dark, textured facade. The building has a prominent vertical concrete column on its facade. The sky is clear and blue.
<p>58. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Empresarial Pessoa de Melo• Av. Conde da Boa Vista, 50• Fonte: (Google maps, 2019).	 A tall, modern apartment building with a prominent vertical red stripe on its facade. The building has a grid-like facade with many windows. The sky is overcast.
<p>59. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Tabira• Av. Conde da Boa Vista, 121• Fonte: (Google maps, 2019).	 A tall, modern apartment building with a prominent vertical yellow stripe on its facade. The building has a grid-like facade with many windows. The sky is overcast.

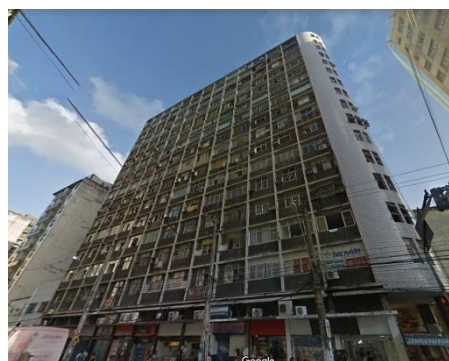
60. Figura

- Edf. Canada
- Av. Conde da Boa Vista, 149
- Fonte: (Google maps, 2019).



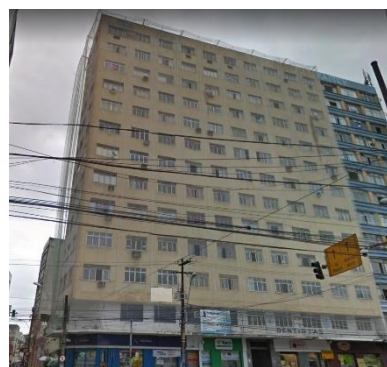
61. Figura

- Edf. Suape
- Av. Conde da Boa Vista, 247
- Fonte: (Google maps, 2019).



62. Figura

- Edf. Sta. Apolonia
- Av. Conde da Boa Vista, 311
- Fonte: (Google maps, 2019).



63. Figura

- Edf. Mamorim
- Av. Conde da Boa Vista, 331
- Fonte: (Google maps, 2019).



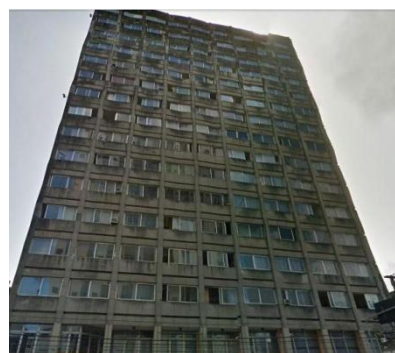
64. Figura

- Edf. Gasteur
- Av. Conde da Boa Vista, 514
- Fonte: (Google maps, 2019).



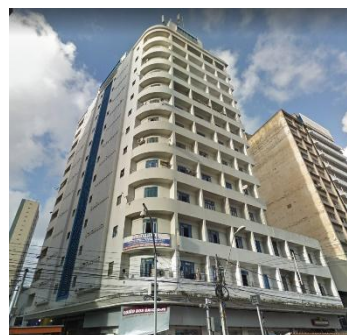
65. Figura

- Edf. Rostand
- Av. Conde da Boa Vista, 569
- Fonte: (Google maps, 2019).



66. Figura

- Edf. Iran
- Av. Conde da Boa Vista, 238
- Fonte: (Google maps, 2019).



67. Figura

- Edf. s/n
- Av. Conde da Boa Vista, 170
- Fonte: (Google maps, 2019).



68. Figura

- Edf. Módulo
- Av. Conde da Boa Vista, 1016
- Fonte: (Google maps, 2019).



69. Figura

- Edf. Itapoã
- Av. Conde da Boa Vista, 1317
- Fonte: (Google maps, 2019).



70. Figura

- Edf. Da Companhia Energetica de PE (Celpe)
- Av. João de Barros, 111
- Fonte: (Guia da arquitetura moderna no Recife, 2016).



71. Figura

- Edf. Duarte Coelho (Cinema São Luiz)
- R. da Aurora, 175
- Fonte: (Google maps, 2019).



72. Figura

- Edf. Caeté
- R. da Aurora, 573
- Fonte: (Google maps, 2019).



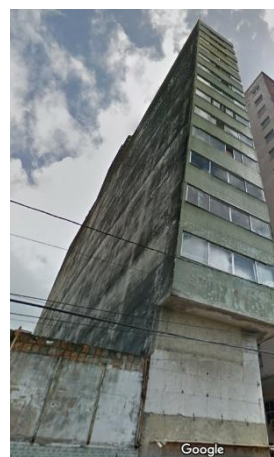
73. Figura

- Edf. São Cristovão
- R. da Aurora, 295
- Fonte: (Google maps, 2019).



74. Figura

- Edf. Lusiadas
- R. Clube Nautico Capibaribe, 27
- Fonte: (Google maps, 2019).



75. Figura

- Edf. Palacio dos Desportos Rubem Pereira
- R. Dom Bosco, 871
- Fonte: (Google maps, 2019).



<p>76. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Dom Bosco• R. Dom Bosco, 1000• Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016).	 A photograph of a tall, modern apartment building with a facade of white, orange, and blue panels. The building has a prominent central vertical structure and a series of balconies.
<p>77. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Walfredo Antunes• R. Gervasio Pires, 436• Fonte: (Google maps, 2019).	 A photograph of a tall, modern apartment building with a facade of white and brown panels. The building has a prominent central vertical structure and a series of balconies.
<p>78. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Barão do Rio Branco• R. do Giriquiti, 205• Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016).	 A photograph of a tall, modern apartment building with a facade of white, red, and purple panels. The building has a prominent central vertical structure and a series of balconies.
<p>79. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Gonçalves Maia• R. Gonçalves Maia, 1000• Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016).	 A photograph of a tall, modern apartment building with a facade of white, orange, and blue panels. The building has a prominent central vertical structure and a series of balconies.

80. Figura

- Edf. Ieda
- R. do Hospício, 111
- Fonte: (Google maps, 2019).



81. Figura

- Edf. Olympia
- R. do Hospício, 194
- Fonte: (Google maps, 2019).



82. Figura





- Edf. Jose de Alencar
- R. Jose de Alencar, 264
- Fonte: (Google maps, 2019).



83. Figura

- Edf. Ambassador
- R. Jose de Alencar, 44
- Fonte: (Google maps, 2019).



<p>84. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Machado de Assis• R. José de Alencar, 234• Fonte: (Google maps, 2019).	
<p>85. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Manoel Borba• R. Manoel Borba, 1000• Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016).	
<p>86. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Circulo Catolico• R. do Riachuelo, 105• Fonte: (Google maps, 2019).	
<p>87. Figura</p> <ul style="list-style-type: none">• Edf. Ébano• R. do Riachuelo, 101• Fonte: (Google maps, 2019).	

88. Figura

- Edf. Almirante Barroso
- R. do Riachuelo, 189
- Fonte: (Google maps, 2019).



89. Figura

- Edf. Riachuelo
- R. do Riachuelo, 453
- Fonte: (Google maps, 2019).



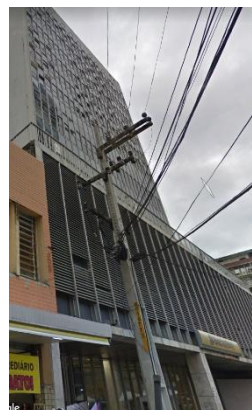
90. Figura

- Edf. Sete de Setembro
- R. Sete de Setembro, 42
- Fonte: (Google maps, 2019).



91. Figura

- Prédio Banco do Brasil
- R. Sete de Setembro, 128
- Fonte: (Google maps, 2019).



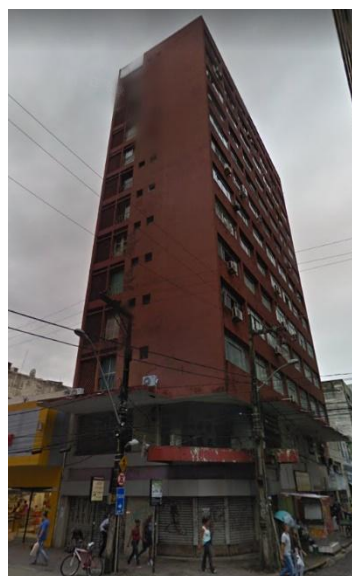
92. Figura

- Edf. União
- R. da União, 543
- Fonte: (Guia da arquitetura moderna no recife, 2016).



93. Figura

- Edf. Sumaré
- R. da União, 27
- Fonte: (Google maps, 2019).



94. Figura

- Edf. Azteca
- R. da União, 186
- Fonte: (Google maps, 2019).

